



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 63/2024

Processo Administrativo n. 1577/SEMINFRA/2024

O MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE - RO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n. 04.380.507/0001-79, torna público, que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, TIPO MENOR PREÇO, através do site www.licitanet.com.br, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 16.951/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

INFORMAÇÕES GERAIS DO PROCESSO		
OBJETO DA LICITAÇÃO	AQUISIÇÃO DE ADUBOS, DEFENSIVOS E OUTROS INSUMOS AGRÍCOLAS, PARA ATENDER AO DEP. DE AGRICULTURA.	
VALOR ESTIMADO R\$	70.595,29 (Setenta Mil, Quinhentos e Noventa e Cinco reais e Vinte e Nove Centavos).	
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	MENOR VALOR DO ITEM.	
MODO DE DISPUTA	ABERTO	
CONSULTAS / INFORMAÇÕES	E-mail: dcl@ouopretodooeste.ro.gov.br	
PORTAL DE LICITAÇÕES	https://www.licitanet.com.br/	
SITE OFICIAL DO MUNICÍPIO	https://ouopretodooeste.ro.gov.br/	
PREGÃO EXCLUSIVO ME/EPP	SIM	
REGIME DE EXECUÇÃO	REGISTRO DE PREÇOS	PRIORIDADE ME/EPP LOCAL/REGIONAL
MENOR PREÇO UNITÁRIO	NÃO	SIM
FUNDAMENTADO NO § 3º DO ART. 48 DA LEI COMPLEMENTAR 147/2014, COMBINADO COM O DISPOSTO NO DECRETO MUNICIPAL Nº 10.811 DE 12 DE JULHO DE 2017, ALTERADO PELO DEC. 10.961, DE 02/10/2017, FICA ESTABELECID A PREFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE SEDIADAS EM OURO PRETO DO OESTE OU REGIONALMENTE, ATÉ O LIMITE DE 10% (DEZ POR CENTO) ACIMA DO MELHOR PREÇO VÁLIDO.		
I – A PRIORIDADE SERÁ PARA ME/EPP SEDIADAS NO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE – RO;		
II – Não havendo ME e EPP sediadas no Município de Ouro Preto do Oeste, a prioridade poderá ser dada às empresas localizadas no ÂMBITO REGIONAL, ABRANGENDO OS MUNICÍPIOS DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA, JARU, JI-PARANÁ, MIRANTE DA SERRA, NOVA UNIÃO, PRESIDENTE MÉDICI, TEIXEIRÓPOLIS, THEOBROMA, URUPÁ E VALE DO PARAÍSO		

DATA DE ABERTURA DO PREGÃO	19 DE AGOSTO DE 2024.
HORÁRIO DE ABERTURA (BRASÍLIA-DF)	09 HORAS.

Compõe este Edital os seguintes Anexos:

ANEXO I	Termo de Referência
ANEXO II	Declarações (Modelo Unificado).
ANEXO III	Modelo de carta proposta para fornecimento do objeto do Edital

1. DO OBJETO E CREDENCIAMENTO NO PORTAL DE LICITAÇÕES

1.1. A descrição completa do objeto, quantidades, valor unitário de referência, total estimado, prazo de entrega e demais informações norteadoras da licitação estão incluídas no Termo de Referência (Anexo I do Edital).

1.2. A licitação será dividida em LOTE, conforme tabela constante no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos LOTES forem de seu interesse.

1.3. Todas as Pesquisas/Cotações de Preços, orçamentos, valores prévios e demais cálculos são de inteira responsabilidade dos setores que os efetuaram, não cabendo qualquer ônus ou responsabilidade ao Pregoeiro e equipe, por eventuais inconsistências.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 63/2024

Processo Administrativo n. 1577/SEMINFRA/2024

1.4. A elaboração do Termo de Referência contendo as especificações técnicas dos materiais ou serviços, quantitativos, condições de entrega, recebimento, pagamento e demais cláusulas, assim como os valores obtidos na pesquisa de preços, são de inteira responsabilidade dos respectivos setores, cabendo a estes, responder pela legalidade, impessoalidade e veracidade de seus atos, ou por qualquer irregularidade futura, decorrente da má elaboração do documento, cabendo à CPL, apenas o ato licitatório, nas condições previamente estabelecidas, aprovadas e autorizadas conforme o Termo de Referência.

1.5. O edital se encontra a disposição no site www.licitanet.com.br, no Portal da Transparência do Município (ouopretodooeste.ro.gov.br) e no PNCP. A sessão pública será realizada através do site www.licitanet.com.br sendo considerado para todos os efeitos o horário de Brasília – DF. Somente poderá participar da licitação o particular que apresentar proposta através do site indicado no Edital.

1.6. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;

1.7. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica;

1.8. O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão oferecidos pela plataforma;

1.9. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, até o encerramento, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão;

1.10. O horário de encerramento da sessão eletrônica ficará a critério do Pregoeiro, de acordo com as necessidades surgidas no andamento da sessão.

1.11. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão eletrônica na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sítio Eletrônico (www.licitanet.com.br), por meio de Certificado Digital.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Para os itens cujo valor seja de até 80.000,00, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 63/2024

Processo Administrativo n. 1577/SEMINFRA/2024

2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

2.6.1. Haverá prioridade de contratação para as ME, EPP e/ou MEI, localizadas no Município de Ouro Preto do Oeste/RO ou nos municípios localizados no âmbito **regional (GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA, JARU, JI-PARANÁ, MIRANTE DA SERRA, NOVA UNIÃO, PRESIDENTE MÉDICI, TEIXEIRÓPOLIS, THEOBROMA, URUPÁ E VALE DO PARAÍSO)**, até o limite de 10% (dez por cento) acima do melhor preço válido, nos termos dos § 3º do art. 48 da lei complementar 147/2014, combinado com o disposto no decreto municipal nº 10.811 de 12 de julho de 2017, alterado pelo dec. 10.961, de 02/10/2017, afim de promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional.

2.6.2. Nas licitações mistas (com lotes/itens exclusivos para participação das microempresas ou da empresa de pequeno porte e lotes para ampla participação) a prioridade será aplicada apenas nos lotes reservados para contratação exclusiva de microempresa ou da empresa de pequeno porte.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, devido à baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os produtos de forma independente;

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 63/2024

Processo Administrativo n. 1577/SEMINFRA/2024

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2. e 2.7.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.7.2. e 2.7.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.13. A vedação de que trata o item 2.7.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 63/2024

Processo Administrativo n. 1577/SEMINFRA/2024

42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.6.1. Nos LOTES exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele LOTE;

3.6.2. Nos LOTES em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa





Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 63/2024

Processo Administrativo n. 1577/SEMINFRA/2024

comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Menor valor por ITEM (ou lote, quando for o caso);

4.1.2. Marca/Modelo (quando for possível identificar por marca e modelo);

4.1.2.1. Tratando-se de serviços, poderá o licitante inserir a palavra SERVIÇOS no campo marca/modelo, não sendo motivo para desclassificação à falta dela;

4.1.3. Fabricante;

Obs¹: Para melhor análise da PROPOSTA FINAL, em alguns casos, poderá ser solicitado que o licitante vencedor encaminhe a proposta acompanhada de folders/prospecto/catálogo/vídeo etc., ou outros meios que contenham as especificações dos objetos ofertados (quando for o caso).

4.1.4 Descrição detalhada dos itens ofertados, ficando expressamente vedado a indicação de 02 (duas) ou mais marcas para cada item, exceto se assim determinar o edital;

4.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 63/2024

Processo Administrativo n. 1577/SEMINFRA/2024

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.10.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos.

4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o (a) Pregoeiro (a) e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário **do item**.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será informado no TR;

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, sendo o modo de disputa “aberto”.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 63/2024

Processo Administrativo n. 1577/SEMINFRA/2024

5.12. Adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o (a) pregoeiro (a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14.1. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. **Caso seja encerrada a fase de lances e a licitante divergir com o exigido ou não se manifestar, o pregoeiro poderá convocá-lo no CHAT DE MENSAGENS para atualização do referido lance ou realizar a readequação dos valores arredondando-o PARA MENOS automaticamente no sistema, caso a licitante permaneça inerte;**

5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16. No caso de desconexão com o (a) pregoeiro (a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) pregoeiro (a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro (a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 63/2024

Processo Administrativo n. 1577/SEMINFRA/2024

5.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.19.2. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.20.2.2. empresas brasileiras;

5.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o (a) pregoeiro (a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 63/2024

Processo Administrativo n. 1577/SEMINFRA/2024

- 5.21.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.21.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório
- 5.21.4.** O (a) pregoeiro (a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 5.21.5.** É facultado ao (a) pregoeiro (a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.22.** Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 63/2024

Processo Administrativo n. 1577/SEMINFRA/2024

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. Contiver vícios insanáveis;

6.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

6.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI)





Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 63/2024

Processo Administrativo n. 1577/SEMINFRA/2024

e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.11.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

6.11.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

6.11.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

6.11.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 63/2024

Processo Administrativo n. 1577/SEMINFRA/2024

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Certidão de Regularidade perante a Fazenda Federal (Unificada) emitida pela Secretaria da Receita Federal, da Procuradoria da Fazenda Nacional e do INSS (relativa às Contribuições Sociais - Portaria MF 358, de 05/09/14), podendo ser Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa;
- b) Certidão de Regularidade quanto aos Débitos com a Fazenda Estadual;
- c) Certidão de Regularidade quanto aos com a Fazenda Municipal;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- e) Certidão Negativa de Débito Trabalhistas – CNDT; para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, LEI nº. 12.440, de 07 de julho de 2011, Art. 642-A;

7.1.2. As certidões que não indicarem expressamente em seu conteúdo, o prazo de validade, só serão aceitas pelo Pregoeiro, se emitidas nos últimos 120 (cento e vinte) dias corridos, e ainda, a validade das certidões emitidas pela INTERNET, poderá ficar condicionada à confirmação no endereço eletrônico específico;

7.1.3. Relativos à habilitação jurídica e qualificação técnica;

7.1.4. HABILITAÇÃO JURIDICA

Registro Comercial, no caso de empresa individual;

- b) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- d) **Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, para comprovação do ramo de atividade, onde seja compatível com o objeto desta licitação;
- e) Documentos pessoais do representante legal da empresa.

7.1.5. RELATIVOS Á QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, TÉCNICA E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

a) Certidão Negativa **Falência** e/ou **Concordata** ou de **Recuperação Judicial**, expedida pelo distribuidor do foro ou cartório da sede da licitante.

a.1) Admite-se a participação, em licitações, de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório". (TCU, Acórdão 1201/2020 Plenário, Representação, Relator Ministro Vital do Rêgo).

7.1.6. Em nenhuma hipótese, serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 63/2024

Processo Administrativo n. 1577/SEMINFRA/2024

aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos;

a) Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

- I.** Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz;
- II.** Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome dela, exceto aqueles que, comprovadamente, forem emitidos apenas em nome da matriz;
- III.** Se o Licitante for a matriz, mas a prestadora do objeto deste edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for filial, os documentos deverão ser apresentados em nome de ambas, matriz e filial;

7.1.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizações pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez) por cento para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por QUALQUER OUTRO MEIO EXPRESSAMENTE ADMITIDO PELA ADMINISTRAÇÃO.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. A habilitação do licitante (anexada no Habilitanet) poderá ser comprovada mediante consulta online a quaisquer dos sistemas eletrônicos disponíveis, tais como o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 63/2024

Processo Administrativo n. 1577/SEMINFRA/2024

7.10. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.13. A unificação ou a exigência dos documentos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.14.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.14.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 63/2024

Processo Administrativo n. 1577/SEMINFRA/2024

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

7.20. Os arquivos ref. a documentação de habilitação, quando solicitados, devem ser anexados na Plataforma de Licitações, **no formato PDF (modo retrato) e deverão ser inseridos SEGUINDO A ORDEM SEQUENCIAL ABAIXO:**

1	PROVA DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS-CNPJ.
2	ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL EM VIGOR , devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCME, cuja verificação da autenticidade no site www.portaldoempreendedor.gov.br .
3	DOCUMENTO PESSOAL DO PROPRIETÁRIO, SÓCIO-ADMINISTRADOR OU PROCURADOR DA EMPRESA (nesse caso acompanhado da Procuração vigente), com a respectiva assinatura na proposta e declarações.
4	CERTIDÃO DE REGULARIDADE QUANTO AOS DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO.
5	CERTIDÃO DE REGULARIDADE QUANTO AOS DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS ESTADUAIS;
6	CERTIDÃO DE REGULARIDADE QUANTO AOS DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS MUNICIPAIS, DO DOMICÍLIO OU SEDE DA LICITANTE.
7	CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF).
8	CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU CONCORDATA EXPEDIDA PELO DISTRIBUIDOR DO FORO OU CARTÓRIO DA SEDE DA LICITANTE.
9	CERTIDÃO DE REGULARIDADE TRABALHISTA (CNDT).
10	DECLARAÇÕES UNIFICADAS - CONFORME MODELO – ANEXO II DO EDITAL OU EMITIDA PELO SISTEMA
DOCUMENTOS COMPLEMENTARES	
Comprovação de Certificado de Registro do Estabelecimento e Produto (no caso de produto que exija cadastro) emitido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA , em decorrência do disposto no art. 5º do Regulamento [Decreto nº 4.954/2004], da lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980, que dispõe sobre a inspeção e fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes ou biofertilizantes destinados à agricultura, ou lei posterior que a tenha substituído	

OBS: As certidões que não constarem especificamente sua data de validade, serão aceitos com data de emissão de no máximo **120 dias**.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;





Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 63/2024

Processo Administrativo n. 1577/SEMINFRA/2024

- 8.3.2.** O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
- 8.3.3.** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 8.3.4.** Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 8.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados através dos E-mails cpl@ouropretodoeste.ro.gov.br / cpl.opo81@gmail.com.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 9.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 9.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 9.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 9.1.2.1.** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 9.1.2.2.** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 9.1.2.3.** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 9.1.2.4.** Deixar de apresentar amostra;
- 9.1.2.5.** Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 9.1.3.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;





Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 63/2024

Processo Administrativo n. 1577/SEMINFRA/2024

9.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. Fraudar a licitação

9.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. Advertência;

9.2.2. Multa;

9.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. As peculiaridades do caso concreto

9.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (Quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 63/2024

Processo Administrativo n. 1577/SEMINFRA/2024

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 63/2024

Processo Administrativo n. 1577/SEMINFRA/2024

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados na forma eletrônica, pelo portal de licitações: <https://www.licitanet.com.br/>, em campo específico e pelos seguintes e-mails: cpl@ouropretodoeste.ro.gov.br / cpl.opo81@gmail.com.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

11.3. Quando houver erro na aceitação do preço mais bem classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;

11.4. Todos os licitantes remanescentes serão convocados para acompanhar a sessão reaberta. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat").

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, caso não haja interposição de recurso, pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados;

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório. Decidido (s) o(s) recurso(s) e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará e adjudicará o objeto da licitação ao vencedor.

13. DO CONTRATO REPRESENTADO PELA NOTA DE EMPENHO

13.1. O Termo de Contrato poderá ser substituído por Nota de Empenho, com fundamento no art. 95, II, da Lei nº 14.133/2021, quando se tratar de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultarão obrigações futuras.

13.2. A Secretaria responsável pelo processo administrativo, logo após a emissão da nota de empenho, enviará ao(s) adjudicatário(s) uma via desse documento, juntamente com a ordem de entrega correspondente ao(s) lote(s) que lhe foram adjudicados e cujo(s) produto(s) foi(ram) aprovado(s).

14. DO LOCAL, PRAZO E MODO DE ENTREGA DOS PRODUTOS / PREST. SERVIÇOS e GARANTIA

14.1. Conforme indicado no Termo de Referência.

15. DA FISCALIZAÇÃO





Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 63/2024

Processo Administrativo n. 1577/SEMINFRA/2024

15.1. A comprovação do recebimento do material ou serviços e a fiscalização do contrato (quando houver), será de responsabilidade do Gestor responsável pela Unidade Administrativa, Comissão específica ou servidor designado pela autoridade competente para esta finalidade e conforme especificado no Termo de Referência/Contrato.

15.1.2. A fiscalização da execução dos materiais/serviços adquirido(s) ficará a cargo de representante da Administração, ficando o mesmo responsável pela conferência dos materiais/serviços, com as exigências contratuais e pelo seu recebimento definitivo na forma do art. 140, II da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhe ainda dirimir as possíveis dúvidas que surgirem no curso da entrega deste(s), e de tudo dar ciência à Administração.

15.1.2. A Comissão de Recebimento, Fiscal do Contrato ou o Responsável pelo Almoxarifado procederá à avaliação das especificações do(s) produto(s)/serviços podendo rejeitar, no todo ou em parte, o que não esteja de acordo com as especificações do Termo de Referência.

15.1.3. A fiscalização de que trata este item não eximirá o contratado da responsabilidade por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, conforme disposto no art. 120 da Lei 14.133/2021.

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta das programações orçamentárias indicadas no Termo de Referência (Anexo I do Edital).

17. DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

17.1. Conforme especificado no Termo de Referência.

17.2. O pagamento será efetuado após a comprovação de cumprimento das exigências especificadas no Termo de Referência.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE

18.1. DA CONTRATADA:

18.1.1. Cumprir fielmente o que estabelece o edital e seus anexos;

18.1.2. Assumir toda a responsabilidade pelos encargos fiscais, sociais e comerciais resultantes da adjudicação da presente licitação;

18.1.3. Proceder a entrega dos itens, de forma a não serem danificados durante a operação de transporte e de carga e descarga, assinalando na embalagem a marca, destino e, quando for o caso, número da Licença de Importação ou documento equivalente, com as especificações detalhadas ou documento equivalente, para conferência;

18.1.4. Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações e demandas decorrentes de danos sejam por culpa da empresa ou de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se consequentemente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a serem exigidos por força de lei, ligados ao cumprimento da presente licitação.

18.1.5. Orientar tecnicamente os responsáveis pela operação dos itens, fornecendo os esclarecimentos necessários ao seu perfeito funcionamento;

18.1.6. Atender prontamente às solicitações do contratante acerca do fornecimento contratado e prestar os esclarecimentos que forem necessários;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 63/2024

Processo Administrativo n. 1577/SEMINFRA/2024

18.1.7. Garantir a titularidade de todo e qualquer direito de propriedade industrial envolvido nos itens, assumindo a responsabilidade por eventuais ações e/ou reclamações, de modo a assegurar ao CONTRATANTE a plena utilização dos itens adquiridos ou a respectiva indenização;

18.1.8. Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou o CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos do CONTRATADO ou de quem em seu nome agir;

18.1.9. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto da licitação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

18.1.10. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes do fornecimento, inclusive fretes e tributos e quaisquer outras que forem devidas;

18.1.11. Responsabilizar-se também pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos itens, inclusive licença em repartições públicas e registros, se necessário;

18.1.12. Providenciar a identificação individual de seus empregados que transitem nas dependências da Contratante, quando em atividade na execução/entrega do objeto contratado, através de uniforme e/ou crachá;

18.1.13. Comunicar à Contratante, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, além de prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

18.1.14. Manter, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação no certame;

18.1.15. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do fornecimento ou do desempenho dos serviços, ou mesmo em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da Contratante;

18.1.16. Indicar e-mail e número de WhatsApp (com confirmação de leitura ativada) oficiais do fornecedor, a fim de facilitar a comunicação entre Contratada e Contratante.

18.1.17. É de responsabilidade da contratada refazer por sua conta, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE, os produtos rejeitados, não aceitos, por má execução ou por inobservância das especificações e etapas, após parecer técnico competente.

18.1.18. Toda despesa de reposição de materiais não aceitos ficará a cargo exclusivo da contratada, não sendo reembolsável pelo Município.

18.1.19. A contratada deverá manter atualizado junto ao Gestor e às unidades contempladas, o endereço; nº do telefone fixo e celular; correio eletrônico; e nome do preposto com poder de decisão, durante a vigência do contrato ou da ARP.

18.1.20. A Contratada fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da ARP, observado os limites de quantidades estipulados.

18.2. DA CONTRATANTE:

18.2.1. Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos itens, objeto da aquisição;





Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 63/2024

Processo Administrativo n. 1577/SEMINFRA/2024

- 18.2.2.** Realizar o pagamento nos prazos e na forma estipulada no TR, Ata de Registro de Preços e contrato;
- 18.2.3.** Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto ou da prestação dos serviços;
- 18.2.4.** Comunicar imediatamente ao Fornecedor Registrado quaisquer irregularidades no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da comunicação;
- 18.2.5.** Rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com o Edital, Termo de Referência e Ata de Registro de Preços;
- 18.2.6.** Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pela Contratada;
- 18.2.7.** Aplicar à Contratada as penalidades previstas no Termo de Referência, contrato e na legislação pertinente, quando for o caso.

19. DO CONTRATO, CLÁUSULAS, INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 19.1.** Conforme Minuta de Contrato (quando houver).

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 20.1.** É facultado ao pregoeiro, proceder, em qualquer fase da licitação, às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo. O não cumprimento da diligência poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante
- 20.2.** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 20.2.1.** Na análise da documentação e no julgamento das Propostas Comerciais, o Pregoeiro poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados;
- 20.3.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 20.4.** Todas as referências de tempo no Edital, aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 20.5.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 20.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 20.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 20.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 63/2024

Processo Administrativo n. 1577/SEMINFRA/2024

20.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

20.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>, no portal de licitações Licitanet: <https://www.licitanet.com.br> e no Portal da Transparência do Município: <https://ouropretodoeste.ro.gov.br/>.

21. DO FORO

21.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ouro Preto do Oeste/RO para dirimir quaisquer dúvidas referente a Licitação e procedimentos dela resultantes, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Ouro Preto do Oeste/RO, julho de 2024.

Juan Alex Testoni

Prefeito





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 63/2024

Processo Administrativo n. 1577/SEMINFRA/2024

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por finalidade normatizar, disciplinar e definir, através dos procedimentos legais e pertinentes, os elementos que nortearão a aquisição de **ADUBOS, HERBICIDAS e OUTROS INSUMOS AGRÍCOLAS**, conforme condições e exigências estabelecidas neste Instrumento e seus anexos., conforme abaixo especificado:

ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT	TOTAL
1	614.001.028	ACARICIDA, FUNGICIDA (WP) MANCOZEBE 800 G/KG. PACOTE DE 1 KG.	3	59,00	177,00
2	614.001.048	BACTERICIDA, FUNGICIDA (SL) CASUGAMICINA 20 G/L. GALÃO DE 2 L.	2	140,00	280,00
3	614.001.030	ESPALHANTE ADESIVO (SC) NONILFENOXI POLI (ETILENOXI) ETANOL 200 G/L. GALÃO DE 5 L.	2	178,47	356,94
4	614.001.031	FERTILIZANTE DE LIBERAÇÃO CONTROLADA COM GRÂNULOS COMPLETAMENTE RECOBERTOS POR POLÍMERO ELÁSTICO, LIBERAÇÃO CONTROLADA DE MACRO E MICRONUTRIENTES. 16-08-12+(2). SACO DE 25 KG (IGUAL OU SUPERIOR).	10	270,00	2.700,00
5	614.001.034	FUNGICIDA (EC) TEBUCONAZOL 200 G/L. GALÃO DE 1 L.	2	150,00	300,00
6	614.001.033	FUNGICIDA (SC) CLOROTALONIL 350 G/L. GALÃO DE 1 L.	1	285,00	285,00
7	614.001.036	FUNGICIDA (SC) TEBUCONAZOL 200 G/L. TRIFLOXISTROBINA 100 G/L. GALÃO DE 1 L.	1	115,00	115,00
8	614.001.037	FUNGICIDA (WG) AZOXISTROBINA 500 G/KG. PACOTE DE 1 KG.	1	34,00	34,00
9	614.001.035	FUNGICIDA (WP) MANCOZEBE 440 G/KG. OXICLORETO DE COBRE 300 G/K G. PACOTE DE 1 KG.	1	25,50	25,50
10	614.001.049	FUNGICIDA (WP) OXICLORETO DE COBRE 840 G/KG. SACO DE 25 KG.	1	399,73	399,73
11	614.001.045	HERBICIDA (EC) CLETODIM 240 G/L + ALQUILBENZENO 646,52 G/L. GALÃO DE 5 L.	1	341,15	341,15
12	614.001.044	HERBICIDA (EC) CLETODIM 240 G/L. GALÃO DE 5 L.	2	320,00	640,00
13	614.001.038	HERBICIDA (SC) GLIFOSATO 360 G/L. GALÃO DE 20 L.	10	288,75	2.887,50
14	614.001.050	HERBICIDA (SC) METRIBUZIM 480 G/L. GALÃO DE 20 L.	1	1.968,68	1.968,68
15	614.001.039	HERBICIDA (SL) GLIFOSATO 480 G/L. GALÃO DE 20 L.	10	557,89	5.578,90
16	614.001.041	HERBICIDA (SL) PICLORAM 64 G/L + 2,4 D 240 G/L. GALÃO DE 20 L.	1	600,00	600,00
17	614.001.042	HERBICIDA (WG) CLORIMUROM-ETÍLICO 750 G/KG. PACOTE DE 5 KG.	2	590,00	1.180,00
18	614.001.040	HERBICIDA (WG) GLIFOSATO 720 G/KG. PACOTE DE 5 KG.	20	183,40	3.668,00
19	614.001.047	INSETICIDA (SC) TIAMETOXAM 141 G/L + LAMBDA-CIALOTRINA 106 G/L. GALÃO DE 1 L.	1	231,19	231,19





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 63/2024

Processo Administrativo n. 1577/SEMINFRA/2024

20	614.001.046	INSETICIDA, ACARICIDA, NEMATICIDA (EC) AZADIRACTINA 12 G/L. GALÃO DE 1 L	1	144,00	144,00
21	614.001.051	INSETICIDA, FORMICIDA (RB) INDOXACARBE 0,24 G/KG. FIPRONIL 0,02 G/K G. PACOTE DE 5 KG.	12	200,00	2.400,00
22	029.001.006	PULVERIZADOR COSTAL ELÉTRICO – ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 20L DE TANQUE E COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: PRESSÃO MÍNIMA DE 4,5 BAR; VAZÃO MÍNIMA DE 2,9 L/MIN; BATERIA RECARREGÁVEL COM AUTONOMIA MÍNIMA DE 10 HORAS; ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA DENTRO DO ESTADO DE RONDÔNIA E GARANTIA MÍNIMA DE 3 MESES.	3	1.455,90	4.367,70
23	614.002.001	SACOLINHA PARA MUDA DE CACAU 13 X28 CM	100	0,20	20,00
24	614.001.026	SUBSTRATO CASCA DE PINUS. VOLUME 50 LITROS. PESO 25 KG-SUBSTRATO DE CASCA DE PINUS PARA O CULTIVO DE VÁRIAS CULTURAS DE PLANTAS (CAFÉ, EUCALIPTO, PINUS, FUMO, HORTALIÇAS, GRAMAS, FLORES, NATIVAS etc.) EM TUBETES, BANDEJAS, VASOS E EMBALAGENS. PROPORÇÃO BOA DRENAGEM, POROSIDADE ADEQUADA, NÃO LIXÍVIA, CAPACIDADE DE RETENÇÃO DE ÁGUA SUPERIOR AO SOLO, E CÉLULOSE ADEQUADA PARA CADA CULTURA. PRODUTO COM ANÁLISE FÍSICO-QUÍMICA. COMPOSIÇÃO - SUBSTRATOS ELABORADOS COM CASCA DE PINUS COMPOSTADAS (UM ANO), CASCAS DE PINUS CARBONIZADA, VERMICULITA, CALCÁRIO E NPK. COMPOSIÇÃO: 85% CASCA E PINUS COMPOSTADA/10% VERMICULITA, 5% CASCAS CARBONIZADAS (ARROZ) ADITIVADO COM NPK. GARANTIAS: COND. ELÉTRICA: 0,50 +/- 0,30 MS/CM _ PH: 6,00 +/- 0,5 _ UMIDADE MAX. 58,00% _ CAP. RETENÇÃO DE ÁGUA: 90,00% _ DENSIDADE KG/M³: 310	500	79,99	39.995,00
25	614.001.025	UREIA 45% - FERTILIZANTE MINERAL. SACO DE 50 KG	10	190,00	1.900,00
TOTAL GERAL R\$					70.595,29
INTERVALO MIN. DE LANCES R\$					0,02

OBS: A oferta de preços superfaturados em licitações com base no valor orçado pelo órgão licitante é uma prática ilegal que pode gerar diversas penalidades ao licitante infrator, que vão desde a exclusão da licitação até a responsabilização civil e criminal. Por isso, é importante que as empresas que participam de licitações observem a legislação e ofereçam preços compatíveis com os valores de mercado.

2. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO/AQUISIÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação, encontra-se pormenorizada no DFD, Estudo Técnico Preliminar e demais documentos que instruem o **Processo Administrativo nº 1577/2024**.

2.2. JUSTIFICATIVA

A aquisição de defensivos agrícolas, fertilizantes e substratos, pulverizadores elétricos e recipientes de produção de mudas agrícolas é imprescindível para promover a saúde das plantações e maximizar a eficiência na produção agrícola. Os defensivos agrícolas desempenham um papel fundamental na proteção das culturas contra pragas e doenças, garantindo assim a segurança e a qualidade dos produtos agrícolas. Além disso, a aplicação adequada de defensivos ajuda a minimizar perdas e aumentar a produtividade das colheitas. Os fertilizantes e substratos são essenciais para fornecer os nutrientes necessários para o crescimento saudável das plantas, contribuindo para aumentar o rendimento das culturas e melhorar a qualidade dos alimentos produzidos. Os pulverizadores elétricos



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 63/2024

Processo Administrativo n. 1577/SEMINFRA/2024

representam uma tecnologia avançada que permite uma aplicação mais precisa e uniforme de defensivos agrícolas, reduzindo o desperdício e minimizando os impactos ambientais. Além disso, sua eficiência operacional economiza tempo e recursos, tornando-os um investimento valioso para qualquer operação agrícola moderna.

Por fim, os recipientes de produção de mudas agrícolas desempenham um papel crucial na fase inicial do cultivo, proporcionando condições ideais para o desenvolvimento saudável das mudas. Ao garantir um sistema de enraizamento forte e vigoroso, esses recipientes preparam as plantas para um crescimento bem-sucedido no campo, resultando em colheitas mais robustas e consistentes.

Portanto, a aquisição desses insumos e equipamentos é justificada não apenas pela necessidade de proteger e nutrir as plantações, mas também pela importância de aumentar a eficiência e a rentabilidade da atividade agrícola, contribuindo assim para a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico do ETP.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A aquisição será procedida por meio de licitação, pela modalidade Pregão Eletrônico, fundamentada no inciso XLI do art. 6º e §2º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, que institui normas para licitações e contratos administrativos, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns.

4.2. A escolha da modalidade de Pregão Eletrônico para a realização deste processo licitatório é justificada pela celeridade em sua execução e pela possibilidade de se obter preços mais vantajosos para a Administração, em razão da probabilidade de os licitantes reduzirem preços durante a disputa licitatória, conforme inciso VIII, art. 18, da Lei nº 14.133/21.

4.3. O objeto é classificado como bem comum por apresentar padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no ato convocatório e no presente Termo de Referência, por meio de especificações usuais do mercado e executada por grande número de empresas e Instituições do mercado.

4.4. O julgamento das Propostas de Preços dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, desde que perfeitamente exequíveis e observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos neste Instrumento.

4.5. Sustentabilidade:

4.5.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos definidos no ETP e sempre que possível, atender ao disposto no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, na aquisição de bens e produtos:

4.6. Indicação de Marcas e Modelos

4.6.1. Na presente contratação, a proposta de preços deverá conter a marca e o modelo dos produtos.

Obs: Para melhor análise em alguns casos, poderá ser solicitado que o licitante vencedor encaminhe a proposta acompanhada de folders/prospecto/catálogo/vídeo etc., ou outros meios que contenham as especificações dos objetos ofertados (quando for o caso).





Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 63/2024

Processo Administrativo n. 1577/SEMINFRA/2024

4.7. Da Exigência de Amostras

4.7.1. Não serão exigidas amostras na presente contratação.

4.8. Da Subcontratação

4.8.1. Não é admitida a subcontratação do objeto.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO / LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

Condições de Entrega:

5.1. O objeto deste certame consiste na entrega imediata do material, a qual deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias corridos a partir do recebimento da Nota de Empenho. A entrega deve ser realizada de forma integral no endereço indicado abaixo:

Local de Entrega	Endereço	Dias e horários
Almoxarifado Central	Rua Pe. Adolpho Rohl, nº 420 – Bairro Jardim Bandeirantes - Ouro Preto do Oeste RO.	Segunda a Sexta-feira das 07:30h às 13:30h (exceto nos feriados)

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto licitado, inclusive frete, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA. A movimentação dos materiais e dos equipamentos até as dependências do depósito da Associação é de inteira responsabilidade da CONTRATADA ou da transportadora, não sendo o município responsável pelo fornecimento de mão de obra para viabilizar o transporte

5.4. O objeto dessa licitação será recebido PROVISORIAMENTE, para fins de conferência do critério quantitativo, com a utilização de carimbo e assinatura no canhoto da Nota Fiscal Eletrônica e/ou no conhecimento de transporte da transportadora, devidamente datado e assinado.

5.5. Não serão recebidos materiais e equipamento com marca diversa da apresentada na proposta (exceto em casos excepcionais, que seja expressamente aceito pela Secretaria demandante, devidamente justificado);

5.6. Após o recebimento provisório dos materiais, em um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, será verificada a conformidade do objeto proposto e entregue com as especificações contidas na Nota de Empenho.

5.7. Caso seja verificada qualquer incompatibilidade, o material entregue deverá ser substituído, por conta e ônus da CONTRATADA, em no máximo 10 (dez) dias úteis, não considerados como prorrogação do prazo de entrega. Esse processo de verificação de compatibilidade será também aplicado ao objeto encaminhado pela licitante em substituição, e somente após o cumprimento dessa etapa, será o objeto da licitação definitivamente recebido e aceito.

5.8. O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita qualidade do material fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas, no prazo de garantia do produto, quando da utilização desse material.

5.9. O material fornecido pela Contratada deverá ser de Primeira Qualidade. Caso o produto apresente características fora da qualidade exigida ou das especificações previstas, situação está, perceptível apenas durante a sua utilização/aplicação, a Contratada deverá prestar todo o apoio técnico necessário visando a substituição do produto pelo que atenda as especificações previstas, inclusive se responsabilizando pela intermediação junto ao fabricante, caso necessário

5.10. Garantia, Manutenção e Assistência Técnica





Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 63/2024

Processo Administrativo n. 1577/SEMINFRA/2024

5.10.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor);

5.10.2. O bem deverá ter a garantia de no mínimo 12 (doze) meses contra defeito de fabricação e de 06 (seis) meses para defeito de instalação (nos casos cabíveis).

5.10.2.1. O ITEM 22 deverá ter a garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeito de fabricação e de 06 (seis) meses para defeito de instalação, com assistência técnica autorizada dentro do estado de Rondônia.

5.10.3. A licitante vencedora ficará obrigada a garantir os padrões de qualidade exigidos pelo órgão responsável em cada item especificado neste termo de referência, que deverão ser respeitadas, conforme direitos do consumidor, obrigando-se a substituir todos aqueles que estiverem fora do padrão, sem quaisquer ônus para este município, até o efetivo atendimento das referidas propostas.

5.10.4. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução do contrato (ou equivalente), não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

5.10.5. Todo material que apresentar defeito de fabricação deverá ser substituído no prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir da data da notificação a ser emitida pela CONTRATANTE.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Caso se trate de empenho ordinário, o contrato será substituído pela nota de empenho, nos termos do inciso II, do art. 95, da Lei nº 14.133/2021.

6.2. *Caso a aquisição exija formalização contratual, deverão ser observadas as condições constantes no item 6.3 a 6.11.*

6.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.4. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.5. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.6. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.7. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.8. Fiscalização

6.8.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.9. Fiscalização Técnica

6.9.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);





Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 63/2024

Processo Administrativo n. 1577/SEMINFRA/2024

6.9.2. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.9.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.9.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.9.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.9.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

6.10. Fiscalização Administrativa

6.10.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#));

6.10.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

6.11. Gestor do Contrato

6.11.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.11.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.11.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.11.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei



Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 63/2024

Processo Administrativo n. 1577/SEMINFRA/2024

nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.11.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.11.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo representante do Almoxarifado Central da Prefeitura, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, com a utilização de assinatura no canhoto da Nota Fiscal Eletrônica e/ou no conhecimento de transporte da transportadora, devidamente datado e assinado;

7.2. Após o recebimento provisório dos materiais, em um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, será verificada, a conformidade do objeto proposto e entregue com as especificações contidas na Nota de Empenho.

7.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10(dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. Esse processo de verificação de compatibilidade será também aplicado ao objeto encaminhado pela licitante em substituição, e somente após o cumprimento dessa etapa, será o objeto da licitação definitivamente recebido e aceito;

7.4. O recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato. a Contratada deverá prestar todo o apoio técnico necessário visando a substituição do produto pelo que atenda as especificações previstas, inclusive se responsabilizando pela intermediação junto ao fabricante, caso necessário

8. Liquidação

8.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.





Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 63/2024

Processo Administrativo n. 1577/SEMINFRA/2024

8.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9. Pagamento

9.1. O pagamento será efetuado no prazo de até **10 (dez) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

9.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária, adotado pelo Município de Ouro Preto do Oeste.

9.3. Forma de pagamento

9.3.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.3.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.3.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.3.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente

9.3.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.3.6. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.3.7. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.3.8. A Administração poderá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;





Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 63/2024

Processo Administrativo n. 1577/SEMINFRA/2024

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

9.3.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.3.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.3.11. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.3.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

9.3.13. Não caberá pagamento de atualização financeira à CONTRATADA caso o pagamento não ocorra no prazo previsto por culpa exclusiva desta.

9.3.14. No caso de pendência de liquidação de obrigações pela CONTRATADA, em virtude de penalidades impostas, a CONTRATANTE poderá descontar de eventuais faturas devidas ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

9.3.15. A CONTRATANTE poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, nos casos de:

a) Existência de qualquer débito para com a CONTRATANTE;

b) Se os materiais/serviços não estiverem de acordo com as especificações apresentadas e aceitas;

9.3.16. O presente critério aplica-se aos casos de compensações financeiras por eventual atraso de pagamento.

9.3.17. No caso de incorreção em qualquer dos documentos apresentados será o mesmo devolvido a CONTRATADA para as correções necessárias, não respondendo a CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação do pagamento.

9.3.18. A CONTRATANTE não efetua pagamento antecipado, não sendo considerados os itens das propostas que assim se apresentarem.

9.3.19. Caberá à Contratada destacar na Nota Fiscal os tributos que eventualmente incidam sobre o valor do bem/serviço objeto do Presente Termo de Referência;

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 63/2024

Processo Administrativo n. 1577/SEMINFRA/2024

10.1. Fornecer os materiais/prestar os serviços conforme especificações, marcas, validades e preços propostos na licitação, e nas quantidades solicitadas pela CONTRATANTE.

10.2. Entregar os materiais estritamente no prazo estipulado, em perfeitas condições, nas embalagens originais, sem indícios de avarias ou violação.

10.2.1. Entregar os materiais de **INSUMOS AGRICOLAS DEFENSIVOS** com seus respectivos Receituários Agrônômicos.

10.3. Comunicar a CONTRATANTE, através do e-mail: agriculturaopo@gmail.com, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis que antecedem o prazo de vencimento da entrega do objeto, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

10.4. Responsabilizar-se por todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto licitado, inclusive frete;

10.5. Responsabilizar-se, com a transportadora, pela movimentação dos materiais até as dependências do Almoxarifado Central, não sendo este o responsável pelo fornecimento de mão de obra para viabilizar o transporte.

10.6. Assumir toda responsabilidade pelos encargos fiscais, comerciais e trabalhistas resultantes da adjudicação desta licitação.

10.7. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados na alínea "d" inciso II, art. 124, da Lei nº 14.133/2021.

10.8. Garantir a qualidade dos materiais entregues, bem como substituir qualquer material que não esteja dentro dos padrões de qualidade e conforme as condições previstas neste termo.

10.9. Encaminhar ao e-mail: agriculturaopo@gmail.com, cópia do DANFE (Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica), Certidões de Regularidade Fiscal, Federal, Estadual, Municipal e Trabalhista e de Falência.

10.10. Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao município e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas.

10.11. Aceitar e retirar a Nota de Empenho, substituta do contrato, em até três dias após sua convocação.

10.12. Indicar, por escrito, preposto ou profissional equivalente (e seu eventual substituto), fornecendo número de telefone e e-mail para contato, ao qual a CONTRATANTE possa se reportar quanto à fiel execução do contrato ou seu equivalente e cuidar para que esse profissional alocado mantenha permanente contato com os responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato ou seu equivalente.

10.13. Manter durante a execução do contrato e/ou empenho todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

10.14. SUSTENTABILIDADE

10.14.1. Assegurar que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

10.14.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

10.14.3. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

10.14.4. Que os produtos não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);

10.14.5. Adotar práticas de logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o termo de referência e seus anexos.





Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 63/2024

Processo Administrativo n. 1577/SEMINFRA/2024

- 11.2.** Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a CONTRATADA possa fornecer os materiais e equipamentos dentro das especificações exigidas neste termo de referência.
- 11.3.** Emitir nota de empenho a crédito do(s) fornecedor(es) no valor total correspondente ao objeto solicitado.
- 11.4.** Encaminhar a nota de empenho para a CONTRATADA.
- 11.5.** Conferir os materiais e equipamentos recebidos e as notas fiscais se eles estão de acordo com a nota de empenho.
- 11.6.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, proporcionando todas as condições para que ela possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos.
- 11.7.** Fiscalizar a entrega do objeto podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer, no todo ou em parte, qualquer entrega que não esteja de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 11.8.** Notificar, por escrito, a CONTRATADA na ocorrência de eventuais falhas no curso de execução das obrigações assumidas, aplicando, se for o caso, as penalidades previstas neste termo de referência.
- 11.9.** Aplicar ao CONTRATADO sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato ou seu equivalente.
- 11.10.** Pagar a fatura ou nota fiscal devidamente atestada, no prazo e forma previstos neste termo de referência.
- 11.11.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato ou seu equivalente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

- 12.1** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão na forma eletrônica;
- 12.2** A proposta, que compreende a descrição dos produtos ofertados e preços unitários (por unidade), totais (unidade x valor unitário) e por lote (soma dos valores totais de todos os itens), deverão ser compatíveis com o termo de referência e seus anexos, bem como atender a todas as suas exigências.
- 12.3** Serão desclassificadas as propostas que:
- a)** Não atendam às exigências deste termo e seus anexos;
 - b)** Sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, vícios e defeitos capazes de dificultar o julgamento;
 - c)** Não atendam às características mínimas deste termo de referência.

13. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

13.1. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação. Para tanto, será exigido do licitante:

13.2. Habilitação jurídica

- a) Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional
- b) Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, para comprovação do ramo de atividade, onde seja compatível com o objeto desta licitação. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva e dos documentos pessoais do representante legal da empresa.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 63/2024

Processo Administrativo n. 1577/SEMINFRA/2024

e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

i) Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

j) Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

13.3 Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

a) Cartão de CNPJ – Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral com a previsão de atividades;

b) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Federal (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional), admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

c) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

d) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

e) Certidão de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

f) Certidão de Regularidade perante a Justiça do Trabalho – CNDT (Lei Federal n.º 12.440/2011, de 07/07/2011). Esta certidão poderá ser emitida gratuitamente nas páginas eletrônicas do Tribunal Superior do Trabalho, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho, mediante indicação do CPF ou CNPJ do interessado; podendo ser Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa;

Obs: Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

13.4. Qualificação Econômico-Financeira

13.4.1 A habilitação econômico-financeira visa demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato ou seu equivalente. Para isso será exigido:

a) Certidão Negativa de Falência, Concordata, do Cartório Distribuidor da Comarca sede da proponente. A certidão que não trouxer expressamente o prazo de validade, ou quando ausente será considerada válida por um período de 120 (cento e vinte) dias corridos, a contar da data da sua emissão pelo órgão expedidor, salvo disposição legal em contrário comprovada pelo proponente.

13.5. Qualificação Técnica





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 63/2024

Processo Administrativo n. 1577/SEMINFRA/2024

a) Comprovação de Certificado de Registro do Estabelecimento e Produto (no caso de produto que exija cadastro) emitido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em decorrência do disposto no art. 5º do Regulamento [Decreto nº4.954/2004], da lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980, que dispõe sobre a inspeção e fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes ou biofertilizantes destinados à agricultura, ou lei posterior que a tenha substituído

14. DA PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS

14.1 Poderão participar deste certame, todas as empresas do ramo pertinente ao objeto do presente termo de referência, devidamente qualificado, mediante comprovação das regularidades fiscais, obedecendo à legislação que rege a matéria.

14.2 O não cumprimento dos prazos estabelecidos no Edital e seus anexos poderão acarretar desclassificação da empresa.

14.3 Exigir-se-á dos interessados na fase de habilitação, nos termos estabelecidos nos arts. 62 ao 70, da Lei 14.133/2021.

14.4. Não poderão participar as empresas enquadradas em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas:

a) Suspensas temporariamente de participar de licitações ou impedidas de contratar quando a penalidade foi aplicada pelo órgão ou entidade licitante;

b) Impedidas de participar de licitações ou de contratar, ou atingidas por outra vedação legal que conste do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da Controladoria Geral da União (CGU), do Portal da Transparência, do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e/ou da Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União (TCU);

c) Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

d) Constituídas com o mesmo objeto e da qual participem sócios e/ou administradores de empresas anteriormente declaradas inidôneas, nos termos do art. 46, da Lei nº 8.443/1992, desde que a constituição da sociedade tenha ocorrido após a aplicação da referida sanção e no prazo de sua vigência;

e) Que se enquadrem nas vedações previstas no art. 14 da Lei 14.133/2021;

f) Que se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação;

g) Que estejam reunidas em consórcio, uma vez que o objeto se reveste de simplicidade e não envolve questões de alta complexidade e relevante vulto, pois as empresas isoladamente têm condições de suprir os requisitos de habilitação e não há restrição à competitividade (Acórdãos TCU n. 2.457/2017- Plenário e n. 11196/2011-2ª Câmara);

h) Estrangeiras que não funcionem no País;

i) Empresa que não possua sede e operação de funcionalidade.

15.5. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a) Detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação;

b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

15.5.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (com amparo na interpretação sistemática do art. 37, caput, da Constituição Federal, da Súmula Vinculante/STF nº 13, do Art. 18, inciso II, da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, Art. 5º, Inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e do Art. 2º, Inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010).

15.6. Nos termos do Art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura CONTRATADA que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão CONTRATANTE.

15. PENALIDADES

15.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155, Lei nº 14.133/2021, o CONTRATADO que:





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 63/2024

Processo Administrativo n. 1577/SEMINFRA/2024

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato ou seu equivalente;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato ou seu equivalente que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato ou seu equivalente;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato (ou retirar seu equivalente) ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o certame, execução do contrato ou seu equivalente;
- i) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato ou seu equivalente;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 15.1 deste Instrumento, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do item 15.1 deste Instrumento, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do mesmo item, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;
- d) Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- e) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato ou seu equivalente, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial;

15.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

15.4. A sanção prevista na alínea a do item 15.2 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na alínea a do item 15.1 deste Instrumento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

15.5. A sanção estabelecida na alínea “c” do item 15.2 deste Instrumento será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade máxima desta Autarquia, ou seja, do Diretor Geral.

15.6. As sanções previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do item 15.2 deste Instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas “d” e “e” do mesmo item 15.2 deste Instrumento.

15.7. O valor das multas aplicadas será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

15.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.9. Na aplicação da sanção prevista nas alíneas “d” e “e” do item 15.2 deste Instrumento, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.10. A aplicação das sanções previstas no item 15.2 deste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 63/2024

Processo Administrativo n. 1577/SEMINFRA/2024

15.11. A aplicação das sanções previstas nas alíneas “b” e “c” do item 15.2 deste Instrumento requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido nos termos do art. 158 e seus parágrafos da Lei 14.133/2021.

16. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

16.1. É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16.2. A alteração subjetiva a que se refere o item 16.1 deverá ser formalizada através de termo aditivo ao contrato.

17. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

17.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 70.595,29 (Setenta Mil, Quinhentos e Noventa e Cinco Reais e Vinte e Nove Centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela do ITEM 01 deste TR e conforme pesquisas de preços, realizadas pelo setor competente, conforme documento ID N° 947530, parte integrante do processo adm. N° 1577/2024.

18. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento da SEMINFRA, conforme abaixo descrito:

ÓRGÃO	SEMINFRA
PROGRAMA	20.606.0023.2073.0000
ELEM. DE DESPESAS	3.3.90.30.99
FONTE DE RECURSOS	Próprios
FICHA N°	351

19. INFORMAÇÕES

19.1. Este termo de referência tem como base legal a Lei nº 14.133/2021;

19.2. Informações poderão ser obtidas através do telefone (69)3461-2416 Avenida Daniel Comboni, nº 1156 - Bairro Jardim Tropical Ouro Preto do Oeste/RO, de segunda às sextas-feiras das 07h às 13h, ou através do e-mail: agriculturaopo@gmail.com

20. DO FORO

20.1. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a legislação e demais normas aplicáveis;

20.2. Fica eleito o foro da comarca de Ouro Preto do Oeste/RO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

À vista das informações contidas nestes autos e com observância à **Lei Federal 14.133/21, APROVO** o presente Termo de Referência e **AUTORIZO** a realização do procedimento licitatório.

Ouro Preto do Oeste/RO, julho de 2024





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 63/2024

Processo Administrativo n. 1577/SEMINFRA/2024

Thiago Bortolo de Carvalho

Diretor do Departamento de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – SEMINFRA

Fabio Aparecido Ferreira da Silva

Assessor Especial-SEMINFRA





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 63/2024

Processo Administrativo n. 1577/SEMINFRA/2024

ANEXO II – DECLARAÇÕES (MODELO UNIFICADO)

NOME DA EMPRESA / CNPJ

PREGÃO ELETRÔNICO N. 63/2024

DECLARAMOS, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que: Falsidade da declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação caracterizará o crime, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei 14.133/2021”

I - A inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como não nos encontramos em estado de inidoneidade declarado ou suspensivo, por nenhum órgão da administração pública Federal, Estadual e que não estamos sujeitos a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste-RO, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

II- Declaro(amos) para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de pregão, que estamos sob o regime de microempreendedor individual, **microempresa ou empresa de pequeno porte**, para efeito do disposto na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006. **(OBS: Declarar somente quando a empresa se enquadrar no regime de MEI, ME ou EPP).**

III - O pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação.

IV - O cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

V - O cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

VI - Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

VII - Que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.

VIII - a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema.

IX - Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

X - Sob as penas da Lei e a quem interessar que, em obediência aos dispositivos legais transcritos no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e atendendo a exigências editalícias do presente certame, não possui em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos trabalhando em horário noturno ou em ambiente perigoso ou insalubre, ou menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho.

XI - Sob as penas da lei, que não possui vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (conforme inciso IV, do art. 14º da Lei 14.133/2021)

XII- DECLARO ainda que a proposta apresentada para participar do Processo Eletrônico, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

XIII- DECLARO estar ciente, conhecer e entender os termos das leis anticorrupção brasileiras (Lei Federal nº 12.846/2013) ou de quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto do presente contrato, comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições destas Regras Anticorrupção, por si e por seus administradores, diretores, funcionários e agentes, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome.

_____, ____ de _____ de _____

(Assinatura do Rep. Legal da Empresa)

OBS: poderá ser substituída pela Declaração emitida pelo Licitanet, caso esta contenha todos esses termos.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 63/2024

Processo Administrativo n. 1577/SEMINFRA/2024

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA

LOGOTIPO DA EMPRESA (SE HOUVER)
NOME DA EMPRESA
CNPJ

PREGÃO ELETRÔNICO N. 63/2024

CARTA-PROPOSTA DE FORNECIMENTO

Apresentamos nossa proposta para fornecimento dos Itens abaixo discriminados:

ÍTEM	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	QUANT.	VALOR UN	TOTAL R\$
VALOR TOTAL R\$						

- 1- A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação;
- 2- O preço proposto acima contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento, tais como os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas etc.), cotados separados e incidentes sobre o fornecimento;
- 3- A empresa se compromete a cumprir o prazo de entrega de todo o material/serviço, conforme consta no Edital e no Termo de Referência.

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

REPRESENTANTE / CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE / CPF:

ENDEREÇO, E-MAIL e TELEFONE (atualizados e em funcionamento).

COD. DO BANCO, Nº AGÊNCIA e CONTA BANCÁRIA, CHAVE PIX

LOCAL E DATA

(Assinatura, Nome e Número do CPF do Rep. Legal da Empresa)

CARIMBO DE CNPJ DA EMPRESA

CONDIÇÕES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA:

- A proposta terá validade igual ou superior a 60 dias, a contar da data de encerramento da sessão eletrônica;
- **OBS: Poderá utilizar a Proposta Final emitida pelo Licitanet, assinada eletronicamente pelo responsável pela empresa.**





Município de Ouro Preto do Oeste



04.380.507/0001-79

Praça da Liberdade

www.ouropretodooeste.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Edital de Pregão Eletrônico	nº 063/2024	26/07/2024

ID: 951158	Processo	Documento
CRC: ABCE09BA		
Processo: 1-1577/2024		
Usuário: Edvaldo Carlos Alves Bedelegate		
Criação: 26/07/2024 11:35:35	Finalização: 26/07/2024 11:36:23	

MD5: **DFBC48199F72A0C350C99FC83012397A**

SHA256: **17D2E3F4DBE42B1178715DFF297750A1B1A187342894350D7AECFD8FBD5AE97F**

Súmula/Objeto:

Edital de Pregão Eletrônico nº 063/2024.

INTERESSADOS

SEMINFRA	OURO PRETO DO OESTE	RO	26/07/2024 11:35:35
----------	---------------------	----	---------------------


ASSUNTOS

AQUISIÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS (ADUBOS, SUBSTRATOS E OUTROS).	26/07/2024 11:35:35
---	---------------------


ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 Edvaldo Carlos Alves Bedelegate	Gerencia de Apoio Tec.Adm.	26/07/2024 11:36:39
--	----------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

 Fabio Aparecido Ferreira da Silva	Ordenador de Despesas -SEMINFRA	26/07/2024 12:23:29
--	---------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

 Juan Alex Testoni	Prefeito (a)	26/07/2024 12:47:47
--	--------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.ouropretodooeste.ro.gov.br informando o ID 951158 e o CRC ABCE09BA.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 063/2024

A Prefeitura da Estância Turística de Ouro Preto do Oeste torna público que realizará o Pregão Eletrônico nº 063/2024. Tipo: MENOR PREÇO DO ITEM. Processo Administrativo nº 1577/2024. Objeto: Aquisição de adubos, defensivos e outros insumos agrícolas, conforme Termo de Referência (Anexo I do Edital). Valor estimado: R\$ 70.595,29 (Setenta mil, quinhentos e noventa e cinco reais e vinte e nove centavos). Data de abertura: 19/08/2024, às 9h (horário de Brasília/DF). O edital encontra-se à disposição nos sites: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>, www.licitanet.com.br e www.ouopretodooeste.ro.gov.br para conhecimento, sendo que a sessão pública ocorrerá pelo site www.licitanet.com.br. Informações complementares: *Preferencialmente*, pelo endereço eletrônico: dcl@ouopretodooeste.ro.gov.br ou no Departamento de Licitação da Prefeitura da Estância Turística de Ouro Preto do Oeste/RO, situada na Av. Daniel Comboni, 1156, Jardim Tropical. Horário de atendimento: de segunda à sexta-feira, exceto feriados, das 7h30min às 13h30min. Telefones: (69) 3461-2416, 3461-4795 e 3461-5269.

Ouro Preto do Oeste/RO, 26 de julho de 2024.

Avenida Daniel Comboni, nº 1156 - Bairro Jardim Tropical - Ouro Preto do Oeste/RO
Contato: (69) 3461-2416 - Site: www.ouopretodooeste.ro.gov.br - CNPJ: 04.380.507/0001-79



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Lopes Galdencio, Pregoeiro**, em 26/07/2024 às 13:45, horário de Ouro Preto do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 13.714 de 27/08/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.ouopretodooeste.ro.gov.br, informando o ID **951423** e o código verificador **9E27FF7F**.

Referência: [Processo nº 1-1577/2024](#).

Docto ID: 951423 v1



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS:

Número do processo 1577/2027

Referência: Art 8º da Instrução Normativa CSCI N°001/2024

2. DESIGNAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Nome: Álvaro Emanuel Alves da Silva

CPF: 157.188.447-55

Cargo: Agente de Serviços Diversos

Matricula/Portaria: 81.803

Nome: Lorrana Alexandra Ferreira de Souza

CPF: 030.103.872-45

Cargo: Agente de Apoio Administrativo -SEMAD

Matricula/Portaria: 83293

3. DIRETRIZES QUE NORTEARÃO ESTE ETP

1. Legislação Nacional e Regulamentações Governamentais.
2. Normas Técnicas e Certificações de Qualidade.
3. Boas Práticas Agrícolas (BPA).
4. Certificações Orgânicas e Sustentáveis.
5. Rotulagem e Informação ao Consumidor.
6. Monitoramento e Fiscalização.

4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O Departamento de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – DAADR/SEMINFRA, por meio do Viveiro Municipal, tem como objetivo adquirir insumos agrícolas, incluindo defensivos, recipientes de produção e substratos, para suprir as necessidades dos programas internos. Esses insumos desempenham um papel crucial no desenvolvimento vegetativo das plantas e na preservação de sua sanidade, mitigando os riscos associados a doenças e pragas que poderiam comprometer seu crescimento saudável.

Além disso, a aquisição destes insumos visa promover iniciativas que fortaleçam a agricultura familiar, reconhecendo sua importância na segurança alimentar e no desenvolvimento econômico do município. Este objetivo de compra está alinhado com as





diretrizes da Lei 14.133 de 2021, que busca garantir a qualidade, segurança e sustentabilidade das práticas agrícolas, em conformidade com os interesses da agricultura familiar e do desenvolvimento econômico municipal.

Adicionalmente, o Departamento tem como objetivo adquirir três pulverizadores elétricos com assistência técnica autorizada dentro do estado. Esta aquisição não apenas visa garantir a segurança e eficácia do equipamento, mas também contribui para a sustentabilidade ao reduzir o descarte inadequado de equipamentos e promover o desenvolvimento econômico regional.

Ao optar por uma assistência técnica local, o Departamento não apenas atende às exigências legais, mas também promove a capacitação de profissionais locais na manutenção de equipamentos agrícolas, gerando empregos e fortalecendo a economia local. Este objetivo de compra reflete o compromisso do Departamento em operar de acordo com as diretrizes da Lei 14.133 de 2021, garantindo a qualidade, segurança e sustentabilidade de suas práticas agrícolas em consonância com os interesses da agricultura familiar e do desenvolvimento econômico do município.

Esta solicitação visa atender ao Departamento de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – DAADR/SEMINFRA, por um período de 12 (doze) meses

5. ÁREA REQUISITANTE

ÁREA DO REQUISITANTE	RESPONSÁVEL
Departamento de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural DAADR/SEMINFRA	Thiago Bortolo de Carvalho

6. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO.

6.1. DEFENSIVOS AGRÍCOLAS.

Para contratar defensivos agrícolas é importante atender a uma série de requisitos para garantir a segurança e eficácia desses produtos. Alguns dos requisitos comuns incluem:

- Registro ou Cadastro: precisam estar registrados nos órgãos competentes, como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) no Brasil.





Antes de contratar esses produtos, verifique se eles estão devidamente registrados para uso.

- **Licenças e Certificações:** Dependendo do tipo de insumo agrícola e das regulamentações locais, os fornecedores podem precisar possuir licenças específicas para comercializar esses produtos. Certifique-se de que os fornecedores atendam as exigências.
- **Qualidade e Origem:** é fundamental verificar a qualidade e a origem dos produtos. Certifique-se de que atendam aos padrões de qualidade estabelecidos e que sejam provenientes de fontes confiáveis.
- **Segurança e Saúde:** podem apresentar riscos à saúde e ao meio ambiente. Portanto, é essencial garantir que os fornecedores cumpram as normas de segurança e ofereçam informações claras sobre o manuseio seguro desses produtos. Ao considerar esses requisitos ao contratar defensivos agrícolas, o município estará contribuindo para a segurança e eficácia das práticas agrícolas nesta operação.

6.2 FERTILIZANTES E SUBSTRATOS.

- **Composição e Nutrientes:** Verificar a composição, incluindo os nutrientes disponíveis e sua capacidade de retenção de água. Devem atender às necessidades das plantas que serão cultivadas, fornecendo os nutrientes necessários para o seu desenvolvimento.
- **2. pH e Condutividade:** Avaliar o pH e sua condutividade elétrica, garantindo que estejam dentro dos parâmetros adequados para o cultivo das plantas desejadas.
- **Livre de Patógenos e Sementes Daninhas:** Certificar-se de que os substratos estejam livres de patógenos, pragas e sementes daninhas que possam prejudicar as plantas cultivadas.
- **Qualidade Física:** devem possuir uma estrutura física adequada, promovendo aeração, drenagem e retenção de água necessárias para o desenvolvimento saudável das plantas.





- **Sustentabilidade e Origem:** Considerar a origem e verificar se são provenientes de fontes sustentáveis, promovendo práticas agrícolas responsáveis em relação ao meio ambiente.

Além disso, a escolha de fornecedores certificados é fundamental para garantir a qualidade e segurança dos produtos utilizados na produção agrícola. Ao verificar se os fornecedores possuem certificações que atestem a conformidade com as normas e regulamentações aplicáveis, você estará garantindo que está adquirindo produtos confiáveis e seguros.

É importante ressaltar que a qualidade dos fertilizantes e substratos utilizados na produção agrícola têm um impacto direto no sucesso e na sustentabilidade do negócio. Fertilizantes de má qualidade podem não fornecer os nutrientes necessários para as plantas, resultando em baixos rendimentos e prejuízos econômicos. Além disso, o uso de produtos contaminados ou não regulamentados pode gerar problemas ambientais e riscos à saúde humana.

6.3 PULVERIZADORES ELÉTRICOS.

No Brasil, a aquisição de pulverizadores elétricos na agricultura requer o cumprimento de alguns requisitos legais e regulamentações específicas. Alguns dos principais requisitos são:

- **Registro e certificação:** Os pulverizadores elétricos devem estar registrados e certificados pelos órgãos competentes, como o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).
- **Normas de segurança:** Os pulverizadores elétricos devem atender às normas de segurança estabelecidas pelas autoridades competentes, como as Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego, que definem os requisitos mínimos para garantir a saúde e segurança dos trabalhadores.





- Capacitação técnica: Os operadores de pulverizadores elétricos devem ser capacitados e treinados para a correta utilização e manuseio desses equipamentos, garantindo assim a eficácia e segurança no uso.

- Uso de produtos autorizados: A utilização de produtos químicos como pesticidas e herbicidas deve cumprir as regulamentações específicas do MAPA, que determinam os produtos autorizados, suas doses recomendadas e os prazos de carência que devem ser respeitados para a aplicação em culturas agrícolas.

- Licenças ambientais: Em alguns casos, dependendo da localização e da quantidade de pulverizadores elétricos, é necessária a obtenção de licenças ambientais junto aos órgãos ambientais competentes, para garantir a preservação do meio ambiente e a segurança dos recursos naturais.

Também é crucial destacar que, além da legislação, é fundamental seguir boas práticas agrícolas para garantir a segurança e eficácia no uso dos pulverizadores elétricos. Isso inclui seguir as instruções do fabricante, realizar manutenções regulares, utilizar equipamentos de proteção individual (EPIs) adequados, como luvas, máscaras e óculos de proteção, e evitar a contaminação de corpos d'água e outras áreas sensíveis durante a aplicação dos produtos químicos.

Além disso, a escolha e a utilização adequada dos defensivos agrícolas também são pontos essenciais para minimizar os riscos ambientais e garantir a saúde das plantas e dos animais. É necessário seguir as dosagens e intervalos recomendados, evitar a aplicação em condições climáticas desfavoráveis, como ventos fortes, e conhecer as especificações e restrições de cada produto utilizado.

Em resumo, a aquisição e uso de pulverizadores elétricos na agricultura devem estar em conformidade com as exigências legais, mas também deve-se adotar boas práticas agrícolas para garantir a segurança, eficácia e sustentabilidade no campo.

6.4 RECIPIENTES DE PRODUÇÃO DE MUDAS AGRÍCOLAS.





Ao contratar recipientes de produção de mudas agrícolas é importante considerar diversos requisitos para garantir a qualidade, segurança e adequação desses recipientes para o uso na atividade agrícola. Alguns dos requisitos comuns incluem:

- **Material e Durabilidade:** Os recipientes devem ser fabricados com materiais adequados para o armazenamento e transporte de produtos agrícolas. Eles devem ser duráveis e resistentes às condições de uso.
- **Adequação às Normas:** Verificar se os recipientes atendem às normas técnicas e regulamentações específicas para o armazenamento e transporte de produtos agrícolas. Isso pode incluir requisitos de segurança, higiene e capacidade de carga.
- **Rastreabilidade:** Em alguns casos, é importante que os recipientes possuam mecanismos de rastreabilidade para garantir a origem e a qualidade dos produtos agrícolas armazenados.
- **Sustentabilidade:** Considerar recipientes que sejam sustentáveis e ecologicamente corretos, promovendo práticas agrícolas responsáveis em relação ao meio ambiente.
- **Certificações e Conformidade:** Verificar se os fornecedores dos recipientes possuem certificações que atestem a conformidade com as normas e regulamentações aplicáveis, garantindo a qualidade e segurança dos produtos.

Além disso, é fundamental verificar a reputação do fornecedor de recipientes de produção agrícola antes de fechar o contrato. Isso pode ser feito por meio de pesquisas, referências ou visitas às instalações do fornecedor. A qualidade dos recipientes é essencial para garantir a integridade dos produtos durante o armazenamento e transporte. O preço dos recipientes agrícolas deve ser negociado de forma justa, levando em consideração a qualidade e as especificações necessárias.

6.5 A entrega deverá ser realizada no prazo de até 30 dias a contar do recebimento da nota de empenho, sendo:

- a) A entrega será feita no setor do **Almoxarifado do Município de Ouro Preto do Oeste - RO**, em horário de funcionamento de segunda a sexta-feira das 07h30min às 13h30min, exceto nos dias de feriados. **Endereço: Rua Padre Adolfo Rohl, 420 - Jardim Bandeirantes, Ouro Preto do Oeste – RO.**
- b) Definitivamente pelo solicitante que verificará se os requisitos foram atendidos, para atestar o documento fiscal.





6.5.1 Os produtos entregues devem ser de boa qualidade, estar em perfeitas condições, sem defeitos ou sinais de deterioração e observando as especificações contidas na tabela constante no Termo de Referência, acompanhados das respectivas notas fiscais detalhadas.

6.5.2 A contratada deve responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

6.5.3 Caso o material seja rejeitado, no todo ou em parte, em virtude de estar em desacordo com as especificações contratadas, e /ou prazos de garantia ou embalagem violada ou danificada, independentemente do motivo alegado, sem ônus para o almoxarifado a Prefeitura de Ouro Preto do Oeste-RO, deve ser substituído no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.5.4. Os produtos, quando couber, devem possuir certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO.

6.5.5. Quando aplicável, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 80% (oitenta por cento) da validade total, recomendada pelo fabricante, a partir da sua data de fabricação.

7.LEVANTAMENTO DE MERCADO

Após consulta ao mercado fornecedor regional, concluímos que esta solução é a mais adequada para atendimento da nossa solicitação. Os materiais descritos para aquisição neste ETP são objeto de natureza comum no mercado, podendo ser atendidos por diversos fabricantes e fornecedores, o que garante a participação de empresas e consequentemente a concorrência.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.

A aquisição de insumos agrícolas, fertilizantes, substrato, defensivos agrícolas, pulverizador elétrico e recipientes para produção de mudas agrícolas se torna essencial para o desenvolvimento da atividade agrícola no município de Ouro Preto do Oeste-RO. Estes itens desempenham um papel fundamental no aumento da produtividade, qualidade, sustentabilidade das culturas, visando também promover iniciativas que fortalecem a agricultura familiar, reconhecendo a importância na segurança alimentar e no desenvolvimento econômico do municipal.



Ao adquirir insumos agrícolas, é importante considerar a qualidade dos produtos, avaliando fornecedores que possuam certificações e boas práticas de fabricação. A escolha de fertilizantes deve levar em conta as necessidades específicas de cada cultura, bem como as características do solo, para garantir uma nutrição adequada.

O substrato utilizado no plantio de mudas agrícolas também deve ser de qualidade, proporcionando um desenvolvimento saudável das raízes e melhorando o enraizamento das plantas. Os defensivos agrícolas devem ser selecionados levando em conta a eficácia contra pragas e doenças, respeitando as normas de segurança e sustentabilidade.

Além disso, o departamento tem como objetivo a aquisição de 3 pulverizadores elétricos com assistência técnica autorizada dentro do estado de Rondônia. Esta aquisição não apenas visa garantir a segurança e eficácia do equipamento, mas também contribui para a sustentabilidade ao reduzir o descarte inadequado de equipamentos e promover o desenvolvimento econômico regional traz benefícios significativos, garantindo uma aplicação precisa e eficiente de defensivos agrícolas, reduzindo o consumo de água e minimizando o impacto ambiental. No caso dos recipientes de produção de mudas agrícolas, é necessário garantir a qualidade e durabilidade, de modo a proporcionar condições ideais de crescimento para as plantas.

Portanto a melhor solução será por meio de licitação, para aquisição desses itens, é importante seguir os procedimentos estabelecidos pela legislação brasileira, garantindo a transparência, competitividade e equalização de preços entre os concorrentes.

Em conclusão, a aquisição de insumos agrícolas, fertilizantes, substrato, defensivos agrícolas, pulverizador elétrico e recipientes para produção de mudas agrícolas é fundamental para o sucesso e desenvolvimento da atividade agrícola no município de Ouro Preto do Oeste- RO. É importante realizar um processo de licitação eficiente, considerando aspectos como qualidade, viabilidade econômica e sustentabilidade, visando o aumento da produtividade e a obtenção de alimentos de qualidade.

9. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS.

Esta solicitação visa atender ao Departamento de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – DAADR/SEMINFRA, por um período de 12 (doze) meses. Os produtos solicitados abaixo, serão utilizados e armazenados no Viveiro Municipal, que se localiza na Av. Gonçalves Dias, s/nº - Zona Rural.



ESTADO DE RONDÔNIA

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA

IT E M	DESCRIÇÃO	UND	DAADR/SEMINF RA	ESTIMATI VA TOTAL
01	ACARICIDA, FUNGICIDA (WP) MANCOZEBE 800 G/KG. PACOTE DE 1 KG.	PCT	02	02
02	BACTERICIDA, FUNGICIDA (SL) CASUGAMICINA 20 G/L. GALÃO DE 1 L.	GL	02	02
03	ESPALHANTE ADESIVO (SC) NONIL FENOXI POLI (ETILENOXI) ETANOL 200 G/L. GALÃO DE 5 L.	GL	01	01
04	FERTILIZANTE DE LIBERAÇÃO CONTROLADA COM GRÂNULOS COMPLETAMENTE RECOBERTOS POR POLÍMERO ELÁSTICO, LIBERAÇÃO CONTROLADA DE MACRO E MICRONUTRIENTES. 16-08-12+(2). SACO DE 25 KG (IGUAL OU SUPERIOR).	SC	10	10
05	FUNGICIDA (WP) OXICLORETO DE COBRE 840 G/KG. PACOTE DE 1 KG.	PCT	02	02
06	FUNGICIDA (SC) CLOROTALONIL 350 G/L. GALÃO DE 1 L.	GL	02	02
07	FUNGICIDA (EC) TEBUCONAZOL 200 G/L. GALÃO DE 1 L.	GL	02	02
08	FUNGICIDA (WP) MANCOZEBE 440 G/KG. OXICLORETO DE COBRE 300 G/KG. PACOTE DE 1 KG.	PCT	02	02
09	FUNGICIDA (SC) TEBUCONAZOL 200 G/L. TRIFLOXISTROBINA 100 G/L. GALÃO DE 1 L.	GL	02	02
10	FUNGICIDA (WG) AZOXISTROBINA 500 G/KG. PACOTE DE 1 KG.	PCT	02	02





ESTADO DE RONDÔNIA

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA

11	HERBICIDA (SC) GLIFOSATO 360 G/L. GALÃO DE 20 L.	GL	10	10
12	HERBICIDA (SL) GLIFOSATO 480 G/L. GALÃO DE 20 L.	GL	10	10
13	HERBICIDA (WG) GLIFOSATO 720 G/KG. PACOTE DE 5 KG.	PCT	10	10
14	HERBICIDA (SL) PICLORAM 64 G/L + 2,4 D 240 G/L. GALÃO DE 20 L.	GL	01	01
15	HERBICIDA (WG) CLORIMUROM-ETÍLICO 750 G/KG. PACOTE DE 5 KG.	PCT	02	02
16	HERBICIDA (SC) METRIBUZIM 480 G/L. GALÃO DE 5 L.	GL	04	04
17	HERBICIDA (EC) CLETODIM 240 G/L. GALÃO DE 5 L.	GL	02	02
18	HERBICIDA (EC) CLETODIM 240 G/L + ALQUILBENZENO 646,52 G/L. GALÃO DE 5 L.	GL	01	01
19	INSETICIDA, ACARICIDA, NEMATICIDA (EC) AZADIRACTINA 12 G/L. GALÃO DE 1 L	GL	02	02
20	INSETICIDA (SC) TIAMETOXAM 141 G/L + LAMBDA-CIALOTRINA 106 G/L. GALÃO DE 1 L.	GL	02	02
21	INSETICIDA, FORMICIDA (RB) INDOXACARBE 0,24 G/KG. FIPRONIL 0,02 G/KG. PACOTE DE 5 KG.	PCT	12	12
22	PULVERIZADOR COSTAL ELÉTRICO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 20 L DE TANQUE E COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: PRESSÃO MÍNIMA DE 4,5 BAR; VAZÃO MÍNIMA DE 2,9 L/MIN;	UND	03	03





ESTADO DE RONDÔNIA

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA

	BATERIA RECARREGÁVEL COM AUTONOMIA MÍNIMA DE 10 HORAS; ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA DENTRO DO ESTADO DE RO; E GARANTIA MÍNIMA DE 3 MESES.			
23	SACOLINHA PARA MUDA DE CACAU 13X28 CM. MILHEIRO.	MILHEIRO	100	100
24	SUBSTRATO CASCA DE PINUS. VOLUME 50 LITROS. PESO 25 KG- SUBSTRATO DE CASCA DE PINUS PARA O CULTIVO DE VÁRIAS CULTURAS DE PLANTAS (CAFÉ, EUCALIPTO, PINUS, FUMO, HORTALIÇAS, GRAMAS, FLORES, NATIVAS, ETC.) EM TUBETES, BANDEJAS, VASOS E EMBALAGENS. PROPORCIONA BOA DRENAGEM, POROSIDADE ADEQUADA, NÃO LIXIVIA, CRA - CAPACIDADE DE RETENÇÃO DE ÁGUA SUPERIOR AO SOLO, EC E PH ADEQUADO A CADA CULTURA. PRODUTO COM ANÁLISE FÍSICO-QUÍMICA. COMPOSIÇÃO- SUBSTRATOS ELABORADOS COM CASCA DE PINUS COMPOSTADAS (UM ANO), CASCAS DE PINUS CARBONIZADA, VERMICULITA,	SC	500	500





	CALCÁRIO E NPK. COMPOSIÇÃO: 85% CASCA E PINUS COMPOSTADA/ 10% VERMICULITA, 5% CASCAS CARBONIZADAS (ARROZ) ADITIVADO COM NPK. GARANTIAS: COND. ELÉTRICA: 0,50 +/- 0,30 MS/CM _ PH: 6,00 +/- 0,5 _ UMIDADE MÁX. 58,00% _ CAP. RETENÇÃO DE ÁGUA: 90,00% _ DENSIDADE KG/M³: 310.			
25	URÉIA 45% - FERTILIZANTE MINERAL. SACO DE 50 KG (IGUAL OU SUPERIOR).	SC	10	10

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Valor (R\$): 88.192,79

O valor foi estimado com base em pesquisas de preços, com fornecedores locais e regionais, visto que se trata de material comum

Os levantamentos dos valores podem ser conferidos no Anexo I deste ETP

11. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Haverá o parcelamento sim, a licitação deve ser dividida em itens separados, conforme a regra estabelecida. Essa abordagem é justificada pela necessidade de ampliar a participação de licitantes, permitindo que empresas que não disponham de capacidade para executar a totalidade do objeto possam competir para fornecer itens ou unidades autônomas. Além disso, ao parcelar a solução, é possível garantir a viabilidade técnica e econômica, evitar perdas de escala e promover um melhor aproveitamento do mercado, o que contribui para aumentar a competitividade e garantir uma contratação mais eficiente.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES





Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

13. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

Como o município ainda não regulamentou e publicou o PCA - Plano Anual de Contratações e está buscando se capacitar no assunto para sua implementação, não se vislumbra a previsão no presente exercício. Todavia, a contratação está alinhada/prevista no planejamento financeiro, bem como há previsão na LOA e LDO. Oportuno salientar, que trata-se de recurso de convênios, com prazo de aplicação, sob pena de perder os recursos.

14. RESULTADOS PRETENDIDOS

14.1 DEFENSIVOS AGRÍCOLAS. Em termos de efetividade e desenvolvimento nacional sustentável, a aquisição deve buscar os seguintes resultados:

1.Efetividade no aumento da produtividade agrícola: são eficazes na proteção das plantações e no aumento da produção de alimentos, garantindo assim a segurança alimentar e a competitividade do setor agrícola.

2.Sustentabilidade ambiental: A aquisição deve priorizar produtos mais sustentáveis, que causem menos impactos negativos ao meio ambiente, como menor toxicidade, menor persistência no solo e menor risco de contaminação da água e do ar.

3. Sustentabilidade social: A aquisição deve levar em consideração os impactos sociais dos produtos utilizados, como condições de trabalho dos agricultores e dos trabalhadores envolvidos na produção, bem como a segurança alimentar das comunidades rurais.

4.Desenvolvimento tecnológico: A busca por produtos sustentáveis pode impulsionar o desenvolvimento tecnológico do setor agrícola nacional, incentivando a pesquisa e inovação na área.

5. Redução da dependência externa: A aquisição, sempre que possível, reduz a dependência de importações e contribui para o fortalecimento da economia nacional.

6. Equidade e inclusão: A aquisição deve levar em consideração a inclusão de pequenos agricultores e produtores familiares, garantindo que eles também tenham acesso a produtos de qualidade e tecnologias sustentáveis.





Em resumo, a busca por efetividade e desenvolvimento nacional sustentável na aquisição defensivos agrícolas visa maximizar a produtividade agrícola de forma sustentável, reduzindo os impactos negativos ao meio ambiente, promovendo a inclusão social e impulsionando o desenvolvimento tecnológico do setor agrícola nacional.

14.2 FERTILIZANTES E SUBSTRATOS.

Para plantas, os resultados pretendidos na contratação podem incluir:

1. Fornecimento de qualidade: O objetivo principal é adquirir produtos que atendam aos requisitos necessários para o crescimento saudável das plantas. Isso inclui a disponibilidade de nutrientes, capacidade de retenção de água adequada e capacidade de drenagem.

2. Sustentabilidade ambiental: É importante considerar a origem e garantir que ele seja produzido de forma sustentável, minimizando o impacto ambiental. Isso pode envolver a utilização de materiais reciclados, a diminuição do uso de produtos químicos prejudiciais e a adoção de práticas de produção responsáveis.

3. Eficiência de custos: A aquisição deve ser realizada de forma econômica, garantindo um bom custo-benefício para a empresa ou governo contratante. Isso pode incluir a busca por fornecedores com preços competitivos e a avaliação do desempenho do substrato em relação ao seu preço.

4. Desenvolvimento de mercado local: A contratação de fornecedores locais pode contribuir para o desenvolvimento da economia local, criando empregos e estimulando a produção agrícola. Isso pode ser um resultado desejado, especialmente em regiões onde a agricultura é uma atividade econômica importante.

5. Promoção da agricultura sustentável: A aquisição de produtos de qualidade é sustentável, e pode ajudar a promover práticas agrícolas sustentáveis, como o cultivo orgânico. Isso pode ter benefícios ambientais, sociais e econômicos, contribuindo para o desenvolvimento nacional sustentável.





14.3 PULVERIZADORES ELÉTRICOS.

No Brasil, os resultados pretendidos para a aquisição de pulverizadores elétricos agrícolas incluem:

- 1. Aumento da eficiência na aplicação de defensivos agrícolas:** Os pulverizadores elétricos oferecem uma aplicação mais precisa e uniforme dos produtos, garantindo um maior alcance e cobertura das áreas de cultivo, resultando em uma distribuição mais eficiente e eficaz dos defensivos agrícolas.
- 2. Redução do consumo de defensivos agrícolas:** Com a aplicação mais precisa dos defensivos, é possível reduzir a quantidade utilizada, evitando desperdícios e reduzindo os custos de produção.
- 3. Melhoria da qualidade dos produtos agrícolas:** Com uma aplicação mais uniforme e precisa dos defensivos, é possível controlar melhor as pragas e doenças nas plantações, garantindo uma maior qualidade dos produtos agrícolas colhidos.
- 4. Preservação ambiental:** Os pulverizadores elétricos geralmente utilizam menos água e apresentam menor risco de contaminação do solo e da água, resultando em um menor impacto ambiental.
- 5. Facilidade no manuseio e operação:** Os pulverizadores elétricos são mais leves e fáceis de manusear, o que facilita o trabalho dos agricultores e reduz o esforço físico durante as operações.
- 6. Maior segurança para o operador:** Os pulverizadores elétricos eliminam a necessidade de contato direto com os defensivos agrícolas, reduzindo o risco de intoxicações e outros acidentes relacionados à pulverização.

Em geral, a aquisição de pulverizadores elétricos agrícolas tem como objetivo principal otimizar a aplicação de defensivos agrícolas, melhorando a eficiência, reduzindo custos, preservando o meio ambiente e proporcionando uma maior segurança para os agricultores.



14.4 RECIPIENTES DE PRODUÇÃO DE MUDAS AGRÍCOLAS.

Ao realizar a aquisição de recipientes de produção agrícola, os resultados pretendidos em termos de efetividade e desenvolvimento nacional sustentável incluem:

1. Aumento da produção agrícola: Os recipientes adequados para produção de mudas agrícolas podem contribuir para o aumento da produtividade e eficiência no cultivo de plantas, vegetais e frutas. Isso pode resultar em maior disponibilidade de alimentos e segurança alimentar para a população.

2. Conservação dos recursos naturais: Ao adquirir recipientes que promovam práticas agrícolas sustentáveis, como a redução do consumo de água, reciclagem de nutrientes e minimização do desperdício, é possível contribuir para a conservação dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente.

3. Melhoria da qualidade dos produtos: A utilização de recipientes apropriados para a produção de mudas agrícolas, podem resultar em melhores condições de cultivo, como a proteção contra pragas e doenças, proporcionando maior qualidade e valor agregado aos produtos agrícolas.

4. Estímulo à economia local: A aquisição de recipientes de produção de mudas agrícolas, podem promover a economia local, já que muitas vezes são fabricados por empresas e fornecedores locais. Isso impulsiona o desenvolvimento de negócios e gera empregos na região.

5. Promoção da sustentabilidade: Ao optar por recipientes de produção agrícola feitos de materiais recicláveis e biodegradáveis, é possível contribuir para a sustentabilidade, reduzindo o impacto ambiental do setor agrícola.

Em resumo, os resultados pretendidos na contratação de recipientes de produção de mudas agrícolas, visam promover a efetividade da produção agrícola, fomentar o desenvolvimento





nacional sustentável, garantir a qualidade dos produtos agrícolas e conservar os recursos naturais.

15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS NA CONTRATAÇÃO

15.1 DEFENSIVOS AGRÍCOLAS.

A contratação de insumos pode ter vários impactos ambientais, como:

1. Poluição do solo e da água: O uso excessivo de defensivos agrícolas pode contaminar o solo e a água com resíduos químicos, causando danos à biodiversidade, aos ecossistemas aquáticos e à saúde humana.

2. Redução da biodiversidade: O uso de defensivos agrícolas pode eliminar não apenas as pragas indesejáveis, mas também organismos benéficos, como insetos polinizadores e predadores naturais. Isso pode afetar negativamente a biodiversidade e a estabilidade dos ecossistemas agrícolas.

3. Erosão do solo: A aplicação intensiva de defensivos agrícolas pode levar à compactação do solo e à redução da sua capacidade de retenção de água. Isso pode resultar em erosão do solo, perda de nutrientes e diminuição da sua fertilidade.

4. Contaminação do ar: Alguns defensivos agrícolas podem evaporar ou volatilizar, contribuindo para a poluição do ar e para a formação de gases de efeito estufa, como o dióxido de carbono e o óxido nitroso.

5. Desenvolvimento de resistência: O uso excessivo de defensivos agrícolas, pode levar ao desenvolvimento de pragas e ervas daninhas resistentes. Isso resulta em uma necessidade cada vez maior de utilizar produtos mais potentes e tóxicos, o que agrava os impactos ambientais e pode causar problemas à saúde humana.

6. Perda de habitats naturais: A expansão da agricultura para atender à demanda por defensivos agrícolas pode levar à conversão de áreas de florestas, savanas e outros habitats naturais em plantações, causando perda de biodiversidade e fragmentação de habitats.





Esses são apenas alguns dos possíveis impactos ambientais relacionados à contratação de defensivos agrícolas. O uso responsável e sustentável desses produtos é essencial para minimizar esses efeitos negativos sobre o meio ambiente.

15.2 FERTILIZANTES E SUBSTRATOS.

A contratação para uso na agricultura pode resultar em diversos impactos ambientais, possíveis exemplos incluem:

- 1. Desmatamento:** A demanda pode levar ao desmatamento de áreas naturais para a extração de matéria-prima, como turfa ou solo vegetal.
- 2. Erosão do solo:** A remoção do solo para a produção pode levar à erosão do solo nas áreas de extração, causando perda de fertilidade e degradação do ecossistema local.
- 3. Alterações no ecossistema:** A extração de áreas naturais pode causar interrupção nos ecossistemas locais, afetando a fauna e flora nativas.
- 4. Uso de recursos hídricos:** A produção requer água para a irrigação das plantas e lavagem dos materiais. O uso excessivo de água pode afetar os recursos hídricos locais, especialmente em áreas onde a água já é escassa.
- 5. Poluição do ar e da água:** A produção pode envolver o uso de fertilizantes, pesticidas ou outros produtos químicos que podem poluir o ar e a água, prejudicando a qualidade do ambiente.
- 6. Emissão de gases de efeito estufa:** A produção e transporte pode resultar em emissões de gases de efeito estufa, contribuindo para a mudança climática.
- 7. Descarte inadequado:** O descarte incorreto pode levar à contaminação do solo e dos corpos d'água devido aos nutrientes e produtos químicos presentes no substrato.





Para mitigar esses impactos, é importante considerar alternativas sustentáveis na contratação de fertilizantes e substratos. Além disso, é fundamental garantir a gestão correta dos resíduos gerados, promover a conservação do solo e apoiar ações de reflorestamento e restauração de áreas degradadas.

15.4 RECIPIENTES DE PRODUÇÃO DE MUDAS AGRÍCOLAS.

A contratação de recipientes de produção de mudas agrícolas pode ter vários impactos ambientais, dependendo do tipo de recipiente e da forma como é usado. Alguns possíveis impactos incluem:

1. Uso de plásticos: Muitos recipientes agrícolas, como sacos plásticos ou embalagens, são feitos de plástico. A produção e o descarte inadequado desses plásticos podem levar à poluição do ar, da água e do solo. Além disso, a decomposição lenta do plástico pode levar à contaminação de ecossistemas e à ameaça à vida selvagem.

2. Consumo de recursos naturais: A produção de recipientes agrícolas requer o uso de recursos naturais, como água e energia. Isso pode ter um impacto significativo, especialmente se a produção em massa desses recipientes não for sustentável.

3. Emissões de carbono: O transporte de recipientes agrícolas pode gerar emissões de carbono significativas, especialmente se forem importados de longas distâncias. O transporte de recipientes vazios ou de produção para diferentes locais também pode aumentar a pegada de carbono.

4. Descarte inadequado: O descarte incorreto de recipientes agrícolas, como jogá-los em aterros sanitários ou deixá-los em áreas rurais, pode causar poluição e contaminação do solo e da água. Os recipientes devem ser cuidadosamente reciclados ou reutilizados, quando possível.

5. Uso excessivo de produtos químicos: Alguns recipientes agrícolas podem conter produtos químicos, como pesticidas ou fertilizantes, que podem ser nocivos ao meio ambiente se forem mal utilizados ou descartados inadequadamente.





Para mitigar esses impactos, é importante adotar práticas sustentáveis, como o uso de recipientes recicláveis ou biodegradáveis, o incentivo à reciclagem e reutilização dos recipientes, o transporte local e o descarte adequado dos recipientes após o uso. Além disso, é importante tomar medidas para reduzir o uso geral de recipientes agrícolas, promovendo práticas agrícolas mais sustentáveis que minimizem a necessidade de embalagens.

15.5 PULVERIZADORES ELETRICOS:

A aquisição de pulverizadores elétricos agrícolas pode ter os seguintes impactos ambientais:

1. Uso de energia: Os pulverizadores elétricos dependem de energia elétrica para funcionar, o que pode resultar em um aumento no consumo de energia, especialmente se forem usados por longos períodos de tempo. Isso pode contribuir para o aumento da demanda por eletricidade, que pode ser produzida a partir de fontes não renováveis, como o carvão.

2. Emissões de gases de efeito estufa: O uso de eletricidade para alimentar os pulverizadores agrícolas pode resultar na emissão de gases de efeito estufa, dependendo de como essa eletricidade é gerada. Se a eletricidade for proveniente de fontes fósseis, como carvão ou gás natural, a queima desses combustíveis pode liberar dióxido de carbono na atmosfera, contribuindo para o aquecimento global.

3. Resíduos de baterias: Muitos pulverizadores elétricos são alimentados por baterias recarregáveis. O descarte inadequado dessas baterias pode resultar na contaminação do solo e da água devido aos metais tóxicos e substâncias químicas presentes nas baterias.

4. Uso de produtos químicos: Os pulverizadores agrícolas são usados para aplicar produtos químicos, como pesticidas e fertilizantes, nas plantações. O uso excessivo ou inadequado desses produtos químicos pode ter impactos negativos na qualidade do solo, da água e da biodiversidade, além de causar poluição do ar.





5. Erosão do solo: O uso de pulverizadores agrícolas, independentemente de serem elétricos ou movidos a outras fontes de energia, pode resultar na compactação do solo devido ao peso das máquinas. Isso pode levar à erosão do solo e à perda de nutrientes essenciais para o crescimento das plantas.

É importante ressaltar que os impactos ambientais podem variar dependendo das práticas de uso e manutenção dos pulverizadores agrícolas elétricos, bem como das fontes de energia utilizadas. A adoção de boas práticas agrícolas e o uso de fontes de energia renováveis podem reduzir significativamente os impactos mencionados acima.

16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

- (x). Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.
- () Esta equipe de planejamento declara viável com restrições esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.
- () Esta equipe de planejamento declara inviável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

Lorrana Alexandra Ferreira de Souza
Ag. de apoio administrativo

Álvaro Emanuel Alves da Silva
Ag. de Serviços Diversos

Thiago Bortolo de Carvalho
DIRET. DO DEPART. DE AGRICULTURA ABAST.RURAL





ESTADO DE RONDÔNIA

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA

Anexo I

COTAÇÃO INSUMOS AGRÍCOLAS - PROC. 1577/2024					
ITEM	SUGESTÃO - DAADR	Fonecedor	QTD.	VALOR UND.	VALOR TOTAL
1	CIDA (WP) MANCOZEBE 800 G/KG	CASA DO ADUBO - JI PARANA RO	2	R\$ 30,00	R\$ 60,00
2	NGICIDA (SL) CASUGAMICINA 200 G/KG	CASA DO ADUBO - JI PARANA RO	2	R\$ 100,00	R\$ 200,00
3	NONIL FENOXI POLI (ETILENOXI) ET	MACHADÃO - JI PARANA RO	1	R\$ 474,79	R\$ 474,79
4	POLÍMERO ELÁSTICO, LIBERAÇÃO	CASA DO ADUBO - JI PARANA RO	10	R\$ 990,00	R\$ 9.900,00
5	XICLORETO DE COBRE 840 G/KG.	CASA DO ADUBO - JI PARANA RO	2	R\$ 60,00	R\$ 120,00
6	(SC) CLOROTALONIL 350 G/L. GAL	CASA DO ADUBO - JI PARANA RO	2	R\$ 202,00	R\$ 404,00
7	(EC) TEBUCONAZOL 200 G/L. GAL	MACHADÃO - JI PARANA RO	2	R\$ 528,00	R\$ 1.056,00
8	440 G/KG OXICLORETO DE COBR	GREEN LIFE - OURO PRETO RO	2	R\$ 200,00	R\$ 400,00
9	NAZOL 200 G/L. TRIFLOXISTROBIN	CASA DO ADUBO - JI PARANA RO	2	R\$ 132,00	R\$ 264,00
10	G) AZOXISTROBINA 500 G/KG. PAC	GREEN LIFE - OURO PRETO RO	20	R\$ 150,00	R\$ 3.000,00
11	A (SC) GLIFOSATO 360 G/L. GALÃO	GREEN LIFE - OURO PRETO RO	10	R\$ 75,00	R\$ 750,00
12	A (SL) GLIFOSATO 480 G/L. GALÃO	CASA DO ADUBO - JI PARANA RO	10	R\$ 484,00	R\$ 4.840,00
13	(WG) GLIFOSATO 720 G/KG. PACO	MACHADÃO - JI PARANA RO	20	R\$ 172,50	R\$ 3.450,00
14	PICLORAM 64 G/L + 2,4 D 240 G/L.	IMPLEMAQ - JI PARANA RO	1	R\$ 470,00	R\$ 470,00
15	CLORIMUROM-ETÍLICO 750 G/KG. I	CASA DO ADUBO - JI PARANA RO	10	R\$ 60,00	R\$ 600,00
16	A (SC) METRIBUZIM 480 G/L. GAL	GREEN LIFE - OURO PRETO RO	4	R\$ 1.500,00	R\$ 6.000,00
17	DA (EC) CLETODIM 240 G/L. GAL	CASA DO ADUBO - JI PARANA RO	20	R\$ 221,00	R\$ 4.420,00
18	DIM 240 G/L + ALQUILBENZENO 64	CASA DO ADUBO - JI PARANA RO	1	R\$ 264,00	R\$ 264,00
19	, NEMATICIDA (EC) AZADIRACTIN	GREEN LIFE - OURO PRETO RO	2	R\$ 150,00	R\$ 300,00
20	XAM 141 G/L + LAMBDA-CIALOTRI	GREEN LIFE - OURO PRETO RO	2	R\$ 430,00	R\$ 860,00
21	NDOXACARBE 0,24 G/KG. FIPRONI	CASA DO ADUBO - JI PARANA RO	120	R\$ 13,00	R\$ 1.560,00
22	PULVERIZADOR COSTAL	CASA DO ADUBO - JI PARANA RO	3	R\$ 500,00	R\$ 1.500,00
23	PARA MUDA DE CACAU 13X28 C	GREEN LIFE - OURO PRETO RO	100	R\$ 256,00	R\$ 25.600,00
24	SUBSTRATO CASCA DE PINUS.	GREEN LIFE - OURO PRETO RO	500	R\$ 40,00	R\$ 20.000,00
25	ANTE MINERAL. SACO DE 50 KG (I	CASA DO ADUBO - JI PARANA RO	20	R\$ 85,00	R\$ 1.700,00
				TOTAL	R\$ 88.192,79





Município de Ouro Preto do Oeste

04.380.507/0001-79

Praça da Liberdade

www.ouropretodoeste.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
ETP - Estudo Técnico Preliminar	1577	13/05/2024

ID: 883034	Processo	Documento
CRC: FB5BECC2		
Processo: 1-1577/2024		
Usuário: Lorrana Alexandra Ferreira de Souza		
Criação: 13/05/2024 11:09:29	Finalização: 13/05/2024 11:11:05	

MD5:	DFA1390B8CCC9FCE882B9488C9D7C163
SHA256:	DD9A877908F937F65F6210476DE6670C4B6FA8F41F5BA6AF99596E4CC131C36F

Súmula/Objeto:

ETP - Estudo Técnico Preliminar 1577

INTERESSADOS

SEMINFRA	OURO PRETO DO OESTE	RO	13/05/2024 11:09:29
----------	---------------------	----	---------------------

ASSUNTOS

AQUISIÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS (ADUBOS, SUBSTRATOS E OUTROS).	13/05/2024 11:09:29
---	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

	Lorrana Alexandra Ferreira de Souza	Agente de Apoio Adm.	13/05/2024 11:11:18
--	-------------------------------------	----------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

	Thiago Bortolo de Carvalho	DIRET. DO DEPART. DE AGRICULTURA ABAST.RURAL	15/05/2024 10:32:54
--	----------------------------	---	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.ouropretodoeste.ro.gov.br informando o ID 883034 e o CRC FB5BECC2.



MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

1. Informações Básicas

OBJETO:	Aquisição de adubos e insumos agrícolas
PROC. Nº	1577/DEP. AGRICULTURA/2024

PROBABILIDADE	
FREQUÊNCIA	SIGNIFICADO
RARÍSSIMA	Evento extraordinário para os padrões conhecidos da gestão e operação do processo de contratação. Embora possa assumir dimensão estratégica para a manutenção do processo, não há histórico disponível para sua ocorrência.
RARA	Evento casual, inesperado. Muito embora raro, há histórico de ocorrência conhecido por parte dos gestores e operadores do processo de contratação.
EVENTUAL	Evento usual, corriqueiro. Devido à sua ocorrência habitual, seu histórico é amplamente conhecido por parte dos gestores e operadores no processo de contratação.
FREQUENTE	Evento que se repete seguidamente, de maneira assídua, numerosa e não raro, de modo acelerado. Interfere de modo claro no ritmo das atividades, sendo evidente, mesmo para os que não fazem parte do processo de contratação.

IMPACTO	SIGNIFICADO
IRRELEVANTE	Degradação na operação do processo de contratação, porém, causando impactos mínimos para o órgão (Ex: termos financeiros, danos à imagem, afetação na qualidade do processo de contratação)
POUCO RELEVANTE	Degradação na operação do processo de contratação, causando pequenos impactos ao órgão gestor.
RELEVANTE	Interrupção do processo de contratação, causando impactos significativos para o órgão, porém passível de reparação.
MUITO RELEVANTE	Interrupção do processo, causando impactos irreversíveis para o órgão.

2. Análise de Risco

2.1 Essa análise permite a identificação, avaliação e o gerenciamento dos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação e da gestão do contrato. Para cada risco identificado, define-se: probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis potenciais danos, possíveis ações preventivas e contingências, bem como a identificação de responsáveis por ação.

2.2 Após a identificação e classificação, realiza-se a análise qualitativa e quantitativa dos riscos. Tal classificação resultará no nível do risco e direcionará as ações relacionadas aos riscos durante a fase de planejamento e gestão do contrato.

2.3 A tabela a seguir apresenta uma síntese dos riscos identificados na fase de planejamento e na gestão do contrato.

RISCO IDENTIFICADO	PROBABILIDADE	CONSEQUÊNCIA
1- Planejamento deficiente	Rara	Muito relevante
2- Elaboração do Termo de Referência inadequado	Rara	Muito relevante





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE

3-Falta de clareza quanto às especificações dos itens.	Rara	Relevante
4-Licitação deserta ou fracassada.	Eventual	Muito relevante
5- Risco de Fornecedores não Confiáveis	Raro	Muito relevante
6- Risco de Atrasos na Entrega	Eventual	Relevante

RISCO IDENTIFICADO	PROBABILIDADE	CONSEQUÊNCIA	NÍVEL
1- Planejamento deficiente	Rara	Muito relevante	Alto
2- Elaboração do Termo de Referência inadequado	Rara	Muito relevante	Alto
3-Falta de clareza quanto às especificações dos materiais.	Rara	Relevante	Médio
4-Licitação deserta ou fracassada.	Eventual	Muito relevante	Extremo
5- Risco de Fornecedores não Confiáveis	Rara	Muito relevante	Alto
6- Risco de atraso na entrega	Eventual	Relevante	Alto

3. Estimativa do nível de Risco

3.1 O nível de cada risco é estabelecido pela combinação da consequência ocasionada e a probabilidade de ocorrer.

3.2 A tabela a seguir, classifica os riscos identificados por sua relevância.

Consequência	Avaliação do Risco			
MUITO RELEVANTE	Médio	Alto	Extremo	Extremo
RELEVANTE	Baixo	Médio	Alto	Extremo
POUCO RELEVANTE	Insignificante	Baixo	Médio	Alto
IRRELEVANTE	Insignificante	Insignificante	Baixo	Médio
	Raríssima	Rara	Eventual	Frequente
	PROBABILIDADE			

4. Ações Sugeridas

Quanto aos riscos identificados, sugere-se as seguintes ações:

Risco Identificado	Dano	Ação Preventiva	Ação de Contingência
1-Planejamento deficiente	Riscos diversos, impactando desde à qualidade dos produtos,	Realizar planejamento eficiente, quantificar e orçar adequadamente o objeto conforme as necessidades reais do município.	Revisão dos quantitativos.
2- Elaboração do Termo de Referência inadequado	Entrega de produtos/serviços de má qualidade; Prejuízo ao erário.	Elaborar adequadamente o termo de referência conforme as características do objeto, revisar ETP e demais documentos da fase preparatória.	Refazer o Termo de Referência.
3-Falta de clareza quanto	Possível	Especificar os	Esclarecer dúvidas e





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE

às especificações dos serviços/especificação inadequada ou insuficiente	interferência na qualidade dos serviços e materias entregues	materiais/serviços de forma concisa e coerente no ETP, TR e documentos pertinentes.	incoerências, conforme questionamentos que venham a surgir no processo de disputa de preços e posteriormente, na execução do objeto.
4-Licitação deserta ou fracassada.	Realizar nova licitação, tendo que republicar o edital e abrir novo prazo para a realização do processo licitatório.	Clareza nos documentos, encaminhar o Termo de Referência durante a fase de cotação de preços para a maior quantidade de interessados possíveis em participar da licitação.	Revisas os documentos da fase preparatória, publicar o edital observando requisitos que possam ter provocado a desistência de possíveis interessados.
5- Contratação de Empresa que não tenha capacidade de executar os serviços	Atraso na entrega dos produtos/serviços; Atraso no atendimento da demanda.	Clareza na formulação de contrato (se houver) e exigências editalícias, exigir atestados que atestam a qualificação da empresa.	Elaboração de TR claro e objetivo para contratação/aquisição e aplicação de penalidades cabíveis, quando do não cumprimento das regras do edital.
6- Risco de Atraso na entrega	Atrasos na entrega dos adubos e insumos podem impactar o cronograma de plantio e o ciclo de produção agrícola	Agilizar a montagem do processo e o procedimento licitatório	Fiscalizar a entrega e exigir o cumprimento dos prazos estipulados.

Ouro Preto do Oeste, maio de 2024.

Thiago Bortolo de Carvalho
DIRET. DO DEPART. DE AGRICULTURA ABAST.RURAL





Município de Ouro Preto do Oeste



04.380.507/0001-79

Praça da Liberdade

www.ouropretodoeste.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS	1577	13/05/2024

ID:	883038	Processo	Documento
CRC:	CF5DB58E		
Processo:	1-1577/2024		
Usuário:	Lorrana Alexandra Ferreira de Souza		
Criação:	13/05/2024 11:11:29	Finalização:	13/05/2024 11:12:41

MD5: **14D5E9DC26F8609DFDF969471C9A2A68**

SHA256: **7F6EF192175310D0C54BF8FAB35EAEB1468D9A351716C2F6F11207CCA7EDD64E**

Súmula/Objeto:

MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS 1577

INTERESSADOS

SEMINFRA	OURO PRETO DO OESTE	RO	13/05/2024 11:11:29
----------	---------------------	----	---------------------

ASSUNTOS

AQUISIÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS (ADUBOS, SUBSTRATOS E OUTROS).	13/05/2024 11:11:29
---	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 Thiago Bortolo de Carvalho	DIRET. DO DEPART. DE AGRICULTURA ABAST.RURAL	15/05/2024 10:32:55
---	---	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.ouropretodoeste.ro.gov.br informando o ID 883038 e o CRC CF5DB58E.